



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – FASA
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
HABILITAÇÃO EM JORNALISMO
DISCIPLINA: MONOGRAFIA
PROFESSORA ORIENTADORA: Claudia Busato

O Discurso que Vale

A cobertura hegemônica do jornal O Globo sobre as ações do
MST na Companhia Vale

Maria Góes de Mello
RA 2053145-6

Brasília, junho de 2009

Maria Góes de Mello

O Discurso que Vale

A cobertura hegemônica do jornal O Globo sobre as ações do
MST na Companhia Vale

Trabalho apresentado à Faculdade
de Ciências Sociais Aplicadas,
como requisito parcial para a
obtenção ao grau de Bacharel em
Comunicação Social com
habilitação em Jornalismo do
UniCEUB – Centro Universitário de
Brasília

Profa. Claudia Busato

Brasília, junho de 2009

Maria Góes de Mello

O Discurso que Vale

A cobertura hegemônica do jornal O Globo sobre as ações do
MST na Companhia Vale

Trabalho apresentado à Faculdade
de Ciências Sociais Aplicadas,
como requisito parcial para a
obtenção ao grau de Bacharel em
Comunicação Social com
habilitação em Jornalismo do
UniCEUB – Centro Universitário de
Brasília

Brasília, junho de 2009

Banca Examinadora

Profa. Claudia Busato
Orientadora

Prof(a) Examinador(a)

Prof(a) Examinador(a)

AGRADECIMENTOS

Ao Caetano, pela paciência, dedicação e pelas xícaras de café.
Às companheiras e companheiros de luta e ao MST, pela formação humana,
prática e intelectual.
Às coesas e amigos, por todo o apoio.
À família, pelo incentivo.
À Claudia Busato, pela orientação.

“Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo.
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.
Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de
hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem
sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente,
de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural
nada deve parecer impossível de mudar.”

Bertold Brecht

RESUMO

Esse trabalho é uma análise do discurso de sete matérias veiculadas pelo jornal *O Globo* sobre as ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e de outros movimentos sociais em áreas de atuação da Companhia Vale (antiga Vale do Rio Doce) entre 11 de março e 14 de abril de 2008. Este projeto tem por objetivo observar, por meio da Análise de Discurso, a forma com que o jornal (pertencente a um conglomerado de comunicação e, portanto, hegemônico), constrói seu discurso de forma a produzir consensos, simplificar a complexidade dos acontecimentos relatados e silenciar sobre as motivações da atuação dos movimentos sociais na referida empresa, privatizada em 1997.

Palavras-chave: MST, mídia hegemônica, análise de discurso.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1. O MST E OS PARADIGMAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	3
1.1. A luta pela terra e o surgimento do MST.....	3
1.2. Realidade agrária	6
1.3. Movimentos sociais: alguns conceitos	8
2. HEGEMONIA, CONCENTRAÇÃO E O DISCURSO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA NO BRASIL	13
2.1. Hegemonia e concentração da mídia.....	13
2.2. Os jornais e a construção do consenso	18
2.3. O jornal O Globo	19
2.4. Linguagem, discurso e mito na manutenção da ideologia.....	22
3. O FAZER JORNALÍSTICO E O DISCURSO DE “O GLOBO”	24
3.1. Análise de Discurso: breve conceituação.....	24
3.2. O discurso e o fazer jornalístico: os efeitos de verdade	27
3.3. Procedimentos da Análise de Discurso em jornalismo.....	31
3.4. Contextualização	32
3.5. Corpus	35
3.6. Análise.....	37
3.6.1. Um estudo dos sentidos.....	37
3.6.2. Estudo das vozes.....	42
CONCLUSÃO.....	56
ANEXOS.....	61

INTRODUÇÃO

Investigar a forma com que um veículo de comunicação hegemônico consolida seus discursos e constroi consensos, e evidenciar a manifestação da ideologia e das conseqüências dos processos de padronização de trabalho embutidas na sua linguagem são as principais propostas desta pesquisa. A escolha do tema tem origem em uma inquietação pessoal, a partir da observação da forma com que o jornal *O Globo* cobriu as ações do MST e de outros movimentos sociais entre março e abril de 2008 - quando foram realizados protestos que questionavam a atuação da Vale nos âmbitos sociais, ambientais e econômicos. A proposta de elaboração de um trabalho acadêmico a esse respeito exigiu, assim, um exercício teórico sobre conceitos relativos a várias áreas das ciências humanas e a aplicação de dispositivos metodológicos que pudessem permitir uma análise específica dos elementos discursivos presentes no objeto recortado.

Nenhum discurso é despretensioso. Na mídia, ele cumpre papel central na disputa de idéias, valores e na manutenção de uma determinada ordem social e econômica. Os veículos de comunicação de massa de nosso tempo - cujos proprietários e investidores são também os detentores dos poderes político e econômico do país - carregam consigo um poder sem precedentes. Como e para quem trabalham os jornalistas no Brasil? Como a ideologia e a mercantilização do jornalismo interferem na produção das notícias? Este estudo propõe, através de pesquisa documental e bibliográfica, uma mirada sobre a forma com que a atuação de um movimento social é deslegitimada através da palavra e do “fazer” jornalístico de um jornal que integra o maior conglomerado de comunicação brasileiro.

A primeira parte do trabalho traz um breve histórico do sujeito do discurso produzido pelo jornal *O Globo*, o MST. Neste capítulo, foram utilizados documentos históricos sobre sua atuação e pesquisas já realizadas sobre o assunto, bem como dados sobre a realidade agrária no Brasil. Conceitos sobre

movimentos sociais, suas características e formas de ação, se basearam em formulações de autores como Maria da Glória Gohn e Alberto Melucci.

O capítulo seguinte apresenta considerações sobre hegemonia, ideologia e suas implicações no funcionamento da mídia oligopolizada brasileira. Nesta parte, são utilizados como fundamentação teórica estudos de Antonio Gramsci, Jesús-Martin Barbero, Nelson Werneck Sodr e e Bernardo Kucinski, entre outros autores. Um breve histórico do jornal O Globo, veículo escolhido como objeto da monografia, contextualiza suas origens, escolhas ideológicas e seu *modus operandi*. Torna-se necessário introduzir, a partir daí, o debate sobre a forma com que meios de comunica o hegemônicos se manifestam ideologicamente através da linguagem, do discurso.

No último capítulo,   proposta uma reflexão sobre teorias relacionadas ao jornalismo que definem a notícia como um produto permeado por variáveis sócio-culturais, ideológicas e econ micas. Por fim, é apresentada e aplicada a Análise de Discurso das sete matérias publicadas pelo jornal em questão entre os dias 11 de março e 14 de abril de 2008. A metodologia escolhida para a análise, guiada pelas formula es de Eni Orlandi e Marcia Benetti, possibilita identificar os sentidos do discurso produzido pelo jornal O Globo e as vozes nele envolvidas.

1. O MST E OS PARADIGMAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

1.1. A luta pela terra e o surgimento do MST

A concentração fundiária no Brasil se originou a partir da colonização portuguesa. Ao longo dos últimos três séculos, diversas formas de organização popular se consolidaram em torno da democratização das terras e sua conseqüente utilização pela classe trabalhadora no país. Os movimentos messiânicos ocorridos entre 1888 e nas primeiras décadas do século XX - como as guerras do Contestado e Canudos -, as organizações espontâneas surgidas nos primeiros anos do governo Getúlio Vargas até 1954, os movimentos de luta por reforma agrária organizados a partir daí até 1964, como as Ligas Camponesas no Nordeste e o Movimento dos Agricultores Sem Terra – Master – no Rio Grande do Sul: todos configuraram-se em experiências fundamentais para a consolidação dos movimentos sociais camponeses recentes¹.

Com o golpe militar, em 1964, os processos de lutas populares (urbanas e camponesas) em curso foram reprimidos. Ao final da década de 1960, porém, as expropriações das pequenas propriedades causadas pela “Revolução Verde” (projeto para o campo implementado pelos governos militares que, com o apoio do Banco Mundial, incluía a mecanização das lavouras voltadas à monocultura e à utilização extensiva de agrotóxicos), aliadas à decrescente perspectiva de oportunidades de emprego no meio urbano, gerou condições para que trabalhadores rurais se reorganizassem e dessem início às primeiras ocupações de terra, sob forte influência da ala da Igreja Católica conhecida como Teologia da Libertação.

Inserido num contexto de mobilizações sociais pela abertura política e pelos direitos dos trabalhadores urbanos no final da década de 70, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) surgiu oficialmente em janeiro de 1984, na

¹ MORISSAWA, Mitsue. “A História da Luta pela Terra e o MST”. 2. Ed. Editora Expressão Popular. São Paulo, 2001.p.86.

cidade de Cascavel, no Paraná, durante o 1º Encontro Nacional dos Sem Terra. A atividade reuniu cerca de 80 trabalhadores rurais que organizavam ocupações de terra em 12 estados, a saber: Acre, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina e São Paulo, além de representantes da Abra (Associação Brasileira de Reforma Agrária), da CUT (Central Única dos Trabalhadores), do Cimi (Conselho Indigenista Missionário) e da Pastoral Operária de São Paulo. Naquele ano, os participantes concluíram que as ocupações de terras se constituiriam na principal ferramenta das trabalhadoras e trabalhadores em luta pela reforma agrária. A partir desse encontro, os agricultores se propuseram a construir um movimento orgânico, organizado em âmbito nacional e com objetivos definidos: a luta pela reforma agrária e por um novo modelo agrícola, transformações na estrutura da sociedade brasileira e um projeto de desenvolvimento nacional com justiça social².

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é considerado hoje o maior movimento social popular organizado do Brasil e, possivelmente, da América Latina. Maria da Glória Gohn o define como “um movimento social agenciador de redes de sociabilidade e de participação social no campo”³. Para a autora, a base de atuação do MST é no meio rural, junto a agricultores de origens diversas, enquanto parte de sua estrutura organizativa situa-se também no meio urbano, onde se localizam as secretarias estaduais. A atuação no meio rural se dá na organização de ocupações de terras devolutas e improdutivas e na assistência aos assentamentos.

Nos acampamentos, envolvendo períodos de lutas que podem durar anos, o resultado poderá ser a obtenção ou não de um assentamento, para morar e produzir, com a doação das terras e algum subsídio financeiro governamental⁴.

Atualmente, o MST está organizado em 23 estados e no Distrito Federal, onde existem 100 mil famílias acampadas e 370 mil famílias assentadas,

² Id.p.204.

³ GOHN, Maria da Glória. “Mídia, Terceiro Setor e MST”. Petrópolis: Vozes, 2000.p.105.

⁴ Id.p.106.

distribuídas em cerca de 1.800 assentamentos. Sua estrutura organizativa divide-se, nos acampamentos e assentamentos, em núcleos de famílias com tarefas específicas (como zelar pela saúde das famílias acampadas e assentadas, organizar a venda e distribuição da produção agrícola do assentamento, discutir a educação), e em setores, como Produção (que organiza a coletivização da produção e a cooperação nos assentamentos, a partir de cursos técnicos de formação agrícola, impulsionando a agroindustrialização e a agroecologia), Educação, Comunicação e Cultura, Saúde e Gênero, dentre outros. Como parte de sua estrutura deliberativa, constam o Congresso, o Encontro e a Direção Nacional. A maior instância decisória é o Congresso Nacional, que acontece a cada cinco anos e reúne acampados e assentados de todo o país para definir as linhas políticas de atuação do Movimento para os próximos períodos. O MST sustenta-se financeiramente através da contribuição dos trabalhadores acampados e assentados e da colaboração solidária de entidades e comitês apoiadores do Movimento no Brasil e no exterior⁵.

Segundo Roseli Caldart, a complexidade dos atores sociais que compõem o MST é trabalhada através do fortalecimento da identidade individual (ou a identidade Sem Terra, constituída através de símbolos como seu hino, sua bandeira, sua proposta de produção coletivizada e o resgate da cultura camponesa) como forma de fortalecer, também, a identidade coletiva do Movimento. Assim, a atuação educativa do MST abrange dimensões de resgate e consolidação de identidade.

(1ª) o resgate da dignidade a milhares de famílias que voltam a ter raiz e projeto. Os pobres de tudo aos poucos vão se tornando cidadãos: sujeitos de direitos, sujeitos que trabalham, estudam, produzem e participam de suas comunidades, afirmando em seus desafios cotidianos uma nova agenda de discussões para o país; (2ª) a construção de uma identidade coletiva, que vai além de cada pessoa, família, assentamento. A identidade de Sem Terra, assim com letras maiúsculas e sem hífen, como um nome próprio que identifica não mais sujeitos de uma condição de falta – não ter terra (sem-terra) – mas sim sujeitos de uma escolha: a de lutar por mais justiça social e dignidade para todos, e que coloca cada Sem Terra, através de sua participação no MST, em um movimento bem maior

⁵ Site do MST. “Quem somos”. <http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=4151>. Acesso em 05/04/2009.

do que ele; um movimento que tem a ver com o próprio reencontro da humanidade consigo mesma⁶.

Dessa forma, o MST pode ser descrito como um movimento social que reivindica reforma agrária e justiça social e que se propõe a fortalecer, concomitantemente, a identidade cidadã de cada um de seus componentes – a identidade Sem Terra – e a identidade coletiva da organização.

1.2. Realidade agrária

Segundo dados do II Plano Nacional de Reforma Agrária, elaborado em 2003, existem no Brasil em torno de quatro milhões de famílias sem-terra, cerca de 120 milhões de hectares de terras improdutivas e 130 milhões de hectares de terras devolutas. Por outro lado, grandes propriedades com área de pelo menos mil hectares representam 45,1% do total de 250 milhões de hectares cultiváveis no território nacional, de acordo com o Censo Agropecuário 1996 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da FAO (Organização Nacional das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação), situando o Brasil em segundo lugar no *ranking* mundial de concentração fundiária⁷.

O modelo de “reforma agrária clássica”, que consistia na democratização de terras e no fortalecimento do mercado interno pelo Estado, foi implementado pelos países primeiro-mundistas ao longo dos séculos XIX e XX e direcionou a ação dos movimentos de luta pela terra na América Latina no referido período. A partir da década de 90, quando a reconfiguração econômica do capitalismo mundial enfraqueceu o poder do Estado brasileiro (com o processo de privatizações e a implementação do “Estado mínimo”) e gerou o avanço do capital financeiro na agricultura, empresas transnacionais ligadas à produção de “commodities” agrícolas voltadas à exportação passaram a concentrar financeiramente a produção rural no país⁸.

⁶ CALDART, Roseli Salete. “Pedagogia do Movimento Sem Terra”. São Paulo: Expressão Popular, 2000.p.23

⁷ “Censo Agropecuário 1996”. www.ibge.com.br. Acesso em 09/03/2009.

⁸ OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. “A agricultura camponesa no Brasil”. São Paulo: Contexto, 1991.p.112.

Esse novo quadro fez com que o MST, ao lado de outros movimentos sociais da Via Campesina⁹, optasse por abranger a proposta clássica de reforma agrária e refletir sobre um novo tipo de modelo de desenvolvimento para o campo que implicasse a superação do modelo econômico vigente. Ainda em 1995, durante seu 3º Congresso, o MST definiu o fortalecimento de alianças com outros setores da sociedade para uma luta mais ampla. Em 2000, o reflexo social das mudanças na agricultura geradas pela implementação do modelo neoliberal levaram o Movimento a referendar, em seu 5º Congresso (realizado em 2007), o enfrentamento às empresas transnacionais da agricultura.

Entre as 18 propostas definidas naquele ano, a busca de um novo referencial econômico para o país e a defesa do patrimônio brasileiro tornaram-se condições estruturantes para a luta do MST:

1. Articular com todos os setores sociais e suas formas de organização para construir um projeto popular que enfrente o neoliberalismo, o imperialismo e as causas estruturais dos problemas que afetam o povo brasileiro (...)
3. Lutar contra as privatizações do patrimônio público, a transposição do Rio São Francisco e pela reestatização das empresas públicas que foram privatizadas (...)
6. Combater as empresas transnacionais que querem controlar as sementes, a produção e o comércio agrícola brasileiro, como a Monsanto, Syngenta, Cargill, Bunge, ADM, Nestlé, Basf, Bayer, Aracruz, Stora Enso, entre outras. Impedir que continuem explorando nossa natureza, nossa força de trabalho e nosso país.¹⁰

Sem abandonar a bandeira da reforma agrária, a percepção da necessidade de transformações para além da desconcentração da terra se traduziu em ações diretas de caráter político, com manifestações simbólicas em áreas de empresas como a Monsanto, Aracruz Celulose, Stora Enso e Vale do Rio

⁹ Movimento internacional que congrega organizações de pequenos agricultores, indígenas e negros da América, África, Ásia e Europa em defesa da soberania alimentar. No Brasil, fazem parte da Via Campesina: Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Conselho Indigenista Missionário (CIMI), QUILOMBOLAS e Comissão Pastoral da Terra (CPT).

¹⁰ “Carta do V Congresso Nacional do MST”. <http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=3713>. Acesso em 10/03/2009.

Doce - cuja atuação é considerada pelos Sem Terra como impeditiva para o desenvolvimento de um projeto de sociedade alicerçado na desconcentração de terras.

1.3. Movimentos sociais: alguns conceitos

O conceito de movimento social relaciona-se, *a priori*, à noção de ação coletiva. Historicamente, várias abordagens relacionadas ao tema se constituíram e propuseram modelos e pontos de partida distintos para a análise deste objeto.

O modelo marxista de análise dos movimentos sociais tem sua principal referência na obra de Karl Marx, que uniu teoria e prática através da elaboração do conceito de “práxis social”¹¹. Esta perspectiva leva em consideração os processos históricos que se baseiam na oposição entre as classes envolvidas no processo de produção - consolidando as transformações sociais como conseqüências da relação de forças entre a burguesia e o proletariado, ou a luta de classes¹².

Para o cientista político Mauro Iasi, existem novas formas de análise do conceito de luta de classes nas sociedades contemporâneas que deslocam a oposição proletariado e burguesia como eixo norteador de uma sociedade.

Waizbort, partindo de Habermas, afirmará que os conflitos que estruturam nossa sociedade ainda são conflitos de classe. No entanto, desloca a natureza e manifestação deste conflito para fora do eixo capital e trabalho em direção às esferas de legitimação, o que implicará a substituição da contradição entre burguesia e proletariado no eixo central da atividade produtiva para outras esferas, como a da comunicação, ou da moral. Isto levaria a contradição social para outras formas de polarização, tais como a dicotomia entre empregados e desempregados ou ainda incluídos e excluídos. Outros, como Dahrendorf (1982), ou Bell (1977), argumentam que as afirmações baseadas nas centralidades das classes foram ultrapassadas por aquilo que denominam “sociedade pós-industrial”,

¹¹ Segundo o Dicionário do pensamento social do século XX, a *práxis marxista* é um tipo de atividade criativa relativa ao ser humano por meio da qual seu mundo é construído; o suposto ponto de transição social fundamental de acordo com o qual se diz que, na prática, as circunstâncias sociais objetivas do proletariado coincidem com o completo entendimento delas. OUTHWAITE, Willian & BOTTOMORE, Tom (org.). Dicionário do Pensamento Social no Séc. XX. Jorge Zahrah Editora. 1996.p.600.

¹² GOHN, Maria da Glória. “Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos”. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.p.16.

marcada pela diversificação e não pela suposta homogeneização de classes, substituindo a disputa das classes por recursos escassos pela administração política e institucional da alocação de recursos disponíveis¹³.

Nas sociedades pós-industriais, surgiram novas correntes teóricas de formulação em torno do termo “movimento social” que tanto rejeitam a categorização proposta pelo modelo marxista quanto a complexificam. As concepções criadas a partir da inserção de novas bases de estudos que abarcam, para além dos fatores econômicos e macrossociais, o papel dos atores envolvidos nos processos de mobilização, configuram novas categorias de análise. Positivamente, elas incluem a importância da subjetividade dos componentes de um determinado grupo, suas contribuições culturais e suas práticas individuais no campo analítico dos movimentos; contudo, tais derivações podem fragmentar excessivamente a análise macrossocial.

Em alguns movimentos sociais, há uma especificação de bandeiras e reivindicações destacadas do conjunto das relações sociais que, na tentativa de desconstruir a “macrocategorização”, por vezes ignoram o princípio de dominação e centralidade de poder instituído pelo capitalismo. Sindicalistas, ambientalistas, feministas: muitos destes grupamentos sociais possuem tal característica setorializada de atuação reivindicatória. O MST, por sua vez, possui sua bandeira específica (a reforma agrária), ao passo em que luta por transformações macrossociais (como novas formas de relação de produção) e busca trabalhar a subjetividade de seus integrantes.

Para Eduardo Vizer, é preciso apostar na ideia de complementaridade de abordagem para o estudo dos movimentos sociais atuais, que trate de observar as “condições políticas e econômicas externas e objetivas” e as condições internas dos “mundos de vida que geram o contexto psicossocial em que os indivíduos e os grupos cultivam seus ambientes sociais e culturais”. Vizer propõe que os movimentos sociais têm como característica fundamental

¹³ IASI, Mauro. “As metamorfoses da consciência de classe (o PT entre a negação e o consentimento)”. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.28-29.

desenvolver (práticas e dispositivos instrumentais de ação); com o fim de transformar (as relações e as práticas de poder instituídas); por meio da mobilização (ações de resistência instituintes); apropriando-se conflitivamente (de tempos e espaços) públicos; motivados para cultivar (vínculos, instituições de agrupamento e contenção); motivados e inspirados criativamente (o enorme universo da cultura, a comunicação e as formas simbólicas)¹⁴.

Segundo Alberto Melucci, analisar e distinguir os diferentes processos de mobilização existentes nas sociedades contemporâneas são importantes procedimentos para que se reconheça a existência de questões que atingem desde a legitimidade do poder até a utilização dos recursos naturais, em contraponto à tese corrente de que os movimentos sociais funcionam como respostas a crises do sistema vigente, circunscrevem-se a um horizonte finito e visam à manutenção deste modelo. De acordo com o autor, para que um movimento social se legitime enquanto categoria de análise, ele precisa preencher três condições: caracterizar-se pela solidariedade (ou a capacidade de reconhecimento mútuo e externo entre os diversos integrantes de uma mesma célula social), implicar a presença de um conflito - relação de oposição entre atores que se confrontam para controlar recursos aos quais atribuem valor - e, por fim, remeter a uma ruptura com o modelo ou sistema ao qual se refere a ação.¹⁵ Nesse sentido, o autor distingue três tipos distintos de condutas dos movimentos sociais.

Melucci afirma que a “ação reivindicativa” ocorre quando o conflito se situa no interior de um sistema organizativo, e quando o ator coletivo questiona a distribuição dos recursos ao mesmo tempo em que se confronta com o poder que impõe as regras e as formas de divisão do trabalho. Tal atuação pode referir-se à defesa de uma categoria ou à mobilização de um grupo de trabalhadores marginalizados. As ocupações de terras que visam sua destinação à reforma agrária podem ser consideradas ações reivindicativas.

¹⁴ VIZER, Eduardo e FERREIRA, Jairo (orgs.). “Mídia e movimentos sociais: linguagens e coletivos em ação”. São Paulo: Paulus, 2007.p. 46.

¹⁵ MELUCCI, Alberto. “A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas”. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.p.35.

A “ação política” representa um conflito por meio da ruptura dos limites do sistema político-partidário ao promover a luta pela ampliação da participação nas decisões do ator coletivo e questiona o jogo político que privilegia interesses. Assim, pretende melhorar a posição do grupo nos processos decisórios e abranger sua participação para além dos limites previstos pelo sistema político. A atuação do MST em plebiscitos (como o que contestou a privatização da Vale do Rio Doce em 2006 e 2007) e em atos contra a política econômica configuram-se em ações políticas.

Já a “ação antagonista” traz consigo um conflito que atinge a produção de recursos de uma determinada sociedade. Luta não só contra o modo pelo qual os recursos são produzidos, mas coloca em xeque os objetivos da produção social e o modelo de desenvolvimento adotado. A impossibilidade de uma atuação unicamente antagonista é destacada pelo autor por ser, esta, a mais abstrata das categorias.

Um movimento unicamente antagonista, que não consiga uma base instrumental e não tenha alguma relação com os mecanismos de representação e de decisão, tende a fragmentar-se e a dividir-se ao longo das dimensões que definem sua ação¹⁶.

Ao mesmo tempo, e ainda segundo Melucci, é importante defini-la por dois motivos essenciais: primeiro, porque grupos dominantes de uma sociedade tendem a negar a existência dos conflitos que atingem a produção e a apropriação de recursos sociais – reconhecem a existência de problemas reivindicatórios e/ou políticos, mas tendem a reduzir os conflitos estruturais; depois, porque nem todas as formas de ação coletiva comportam conteúdos antagonistas. Por tenderem a se desvincular de uma mediação institucional e política, tais ações se destacam por colocar em questão o controle sobre recursos coletivos fundamentais, ao mesmo tempo em que têm sua fragilidade elevada¹⁷.

¹⁶ Id.p.42.

¹⁷ Segundo o autor, “um movimento político que ultrapassa limites consentidos pela participação provoca uma reação que interessa ao modo de produção. De outra parte, um movimento antagonista tenderá a descrever a situação como uma luta entre quem produz os recursos sociais fundamentais e quem deles se apropria. A aposta em jogo dessa luta será sempre o controle sobre o modo de produção da sociedade”. Melucci elenca, ainda algumas características dos grupos

As ações do MST, de acordo com a categorização proposta por Melucci, também se enquadram como antagonistas no momento em que questionam a atuação do capital financeiro no campo - manifestações contrárias à atuação das empresas que monopolizam o mercado de sementes, *commodities* e fertilizantes - e reivindicam, por exemplo, a re-estatização de empresas privatizadas.

Os movimentos sociais, sobretudo os que promovem ações antagonistas, unem contradição e conflito por estarem no ponto médio entre estrutura e mudança, porque partem de um funcionamento estrutural, mas são ativados pelas contradições impostas pela sociedade ao longo da história. É no bojo desta sociedade complexa, e a partir dos processos históricos acima elencados, que este trabalho pretende expor a forma com que um veículo de comunicação hegemônico se posiciona com relação às recentes ações reivindicativas, políticas e antagonistas do MST e de outros movimentos sociais em áreas de atuação da Vale.

antagonistas, como o “conteúdo simbólico crescente”, ou a luta pela preservação da cultura de uma sociedade, e a “divisibilidade decrescente dos objetivos”, que consiste nos objetivos e formas de ação não negociáveis com a ordem existente do poder social e com as formas de hegemonia política do poder dominante. Ibid. p.43.

2. HEGEMONIA, CONCENTRAÇÃO E O DISCURSO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA NO BRASIL

2.1. Hegemonia e concentração da mídia

O que é um meio de comunicação hegemônico e como ele se configura em nossos dias?

Foi o teórico italiano marxista Antonio Gramsci quem introduziu, no debate sobre ideologia - entendida neste trabalho como categoria analítica que se relaciona à ideia de disputa de poder - e luta de classes, o conceito de hegemonia como elemento central de análise do sistema capitalista. Além de reconhecer os pressupostos sobre as origens materiais e da consciência de classe para a transformação social, Gramsci conferiu ao Estado um papel crucial para a manutenção do domínio de um grupo sobre outro. Tal formulação partia da diferença de entendimento acerca do papel da sociedade civil no modelo capitalista: enquanto, para Marx, a sociedade civil relacionava-se apenas à estrutura (as relações de produção, a força material do trabalho), para Gramsci ela era também a superestrutura, ou o conjunto de relações ideológicas e culturais, a vida intelectual e espiritual de uma sociedade cuja expressão política torna-se o centro da análise.

À luz da teoria de Gramsci, o Estado divide-se em duas partes - a sociedade política e a sociedade civil - consolidando o conceito de “Estado ampliado”¹⁸. Para o autor, a manutenção do poder pelo Estado ampliado se institui através de mecanismos de coerção (ou a força da sociedade política) e da dominação das ideias (o consenso da sociedade civil). Assim, hegemonia configura-se no processo de sobreposição de uma classe à outra, com o consentimento desta última¹⁹. O Estado ampliado se movimenta, então, em dois sentidos distintos: enquanto a coerção é exercida pelo Estado em sentido estrito

¹⁸ CARNOY, Martin. “Estado e teoria política”. Campinas: Papyrus, 1988. p. 95.

¹⁹ COUTINHO, Carlos Nelson. “Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político”. 2ª.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.p.125.

(a atuação da burguesia através da burocracia executiva e da ação policial e militar), a formação do consenso se dá no interior da sociedade civil, onde atuam os aparelhos privados de hegemonia. Segundo Carlos Nelson Coutinho, os aparelhos privados de hegemonia se caracterizam como organismos sociais intimamente ligados às relações de poder em uma sociedade que possuem certa autonomia em relação ao Estado, uma vez que sua associação não tem caráter coercitivo, mas voluntário. São as escolas, as igrejas, os sindicatos e as organizações culturais, dentre outros aparelhos privados de hegemonia, que promovem e fornecem o arcabouço de interpretações culturais e ideológicas a uma sociedade²⁰.

É no interior destes aparelhos privados de hegemonia que agem os intelectuais, responsáveis pela relação entre estrutura produtiva e superestrutura. No caso dos veículos de comunicação, os intelectuais são os jornalistas e colaboradores (articulistas e colunistas, por exemplo). Para Gramsci, cada grupo social cria - como função essencial para a produção econômica - uma ou mais camadas de intelectuais, não apenas no campo econômico, mas também nas esferas social, cultural e política.

O intelectual está ligado à ideia de expansão de uma classe, expansão que depende de um consenso espontâneo dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce historicamente do prestígio (e, portanto, da confiança) que o grupo dominante obtém por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção²¹.

Partes do conceito de hegemonia gramsciano serão utilizadas neste trabalho como amálgamas para a análise do funcionamento dos meios de comunicação de nosso tempo (os meios de comunicação de massa), de algumas de suas características e funções na sociedade. Influenciados pela Escola de Frankfurt, alguns pesquisadores desenvolveram um ponto de intersecção entre a teoria de hegemonia e a dinâmica dos meios de comunicação massivos na realidade latino-americana.

²⁰ Id.p.126.

²¹ GRAMSCI, Antonio. "Os intelectuais e a organização da cultura". Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p.11.

De acordo com Javier Madrid, o Estado capitalista contemporâneo se vale de um amplo leque de aparelhos ideológicos, e os mais importantes deles são os meios dominantes de difusão de massa - por dirigirem-se, simultaneamente, a inúmeros setores, constituídos por milhões de receptores heterogêneos²². Uma de suas principais funções é converter as ideologias da classe que detém o poder na principal ideologia do conjunto da sociedade e, assim, conformar a harmonia social exigida pela dinâmica do capitalismo e formar consensos coletivos. Jesús Martín-Barbero afirma que o conceito de hegemonia de Gramsci possibilita pensar, hoje, o processo de dominação social como um movimento em que a classe dominante atua como hegemônica na medida em que constrói, no campo discursivo, interesses que tornam-se reconhecidos como seus pelas classes subalternas, conferindo legitimidade ao discurso hegemônico. Tal processo se dá através de mecanismos subjetivos e complexos de apropriação do sentido pelo poder de sedução e de cumplicidade, exercidos através da cultura e da comunicação²³.

Nestor Garcia Canclini ressalta, porém, que nem toda assimilação do hegemônico pelo subalterno é signo de submissão, assim como sua rejeição pode também não significar resistência²⁴. Outro paradigma dos estudos contemporâneos de comunicação encontra-se na fragmentação entre o estudo da mensagem e o estudo de sua simples recepção, rejeitando a simplificação do modelo emissor/mensagem/receptor. Martín-Barbero coloca que é preciso levar em consideração as contradições dos grupos sociais, suas diferentes identidades culturais e o processo de transnacionalização da economia.

Abre-se assim ao debate um novo horizonte de problemas, no qual estão redefinidos os sentidos tanto da cultura quanto da política, e do qual a problemática da comunicação não participa apenas a título temático e quantitativo – os enormes interesses econômicos que movem as empresas de comunicação – mas também qualitativo: na redefinição da cultura, é fundamental a compreensão de sua natureza comunicativa. Isto é, seu caráter de processo produtor de significações e não de mera circulação de

²² MADRID, Javier Esteinou in SILVA, Carlos Eduardo Lins da. (Org.). “Comunicação, hegemonia e contra-informação”. São Paulo: Cortez, 1982. p.43.

²³ MARTÍN-BARBERO, Jesús. “Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia”. Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997. p. 104.

²⁴ CANCLINI, Nestor Garcia *apud*: Id.p.107.

informações, no qual o receptor, portanto, não é um simples decodificador daquilo que o emissor depositou na mensagem, mas também um produtor²⁵.

Tal proposição deve ser considerada para evitar reducionismos na análise das comunicações. De outra parte, será possível constatar neste trabalho que o alto grau de impermeabilidade dos meios de difusão de massa brasileiros com relação à classe trabalhadora acarreta na sua pouca possibilidade de intervenção e na transmissão de seus interesses.

O atual processo de dominação hegemônica, assim como as ideologias, não deve ser analisado em perspectiva maniqueísta, simplória ou binária. Ele permeia e é permeado por elementos subjetivos que podem não se relacionar a ideologias ou à política puramente concebida, como demonstrarão os estudos sobre as teorias do jornalismo a serem abordados no próximo capítulo. Porém, é importante destacar que o debate sobre hegemonia e ideologia na comunicação massiva serão privilegiados neste trabalho na medida em que tais conceitos são entendidos como estruturantes em nossa sociedade, marcada por uma ordem social desigual e por uma história secular de dominação de classe.

O caráter econômico atribuído aos meios de comunicação nos dias de hoje deve ainda ser observado como uma nova função ideológica, distinta da verificada por Gramsci. Martín-Barbero divide os processos de mediação massiva em duas etapas: a primeira, guiada pela carga ideológica da disputa pelo poder do Estado até as décadas finais do século XX; e a segunda, iniciada a partir daí, quando o populismo já não aplacava mais as demandas populares e a economia mundial fez com que meios fossem desviados de sua função política e adquirissem viés economicista - construindo um discurso de massa que tem como função estimular o consumo como vetor de felicidade²⁶. Ao passo em que torna-se fundamental à manutenção do sistema econômico vigente, o consumismo articula as esferas da cultura e da informação e eleva a comunicação ao posto central do modelo neoliberal. Assim, os meios de comunicação de massa se desvinculam parcialmente do compromisso político-ideológico com o Estado para atender mais

²⁵ Ibid.p. 287.

²⁶ MARTÍN-BARBERO, Jesús. Op.cit. p. 230.

diretamente aos interesses das empresas transnacionais, tornando-se, por vezes, eles próprios poderosas instituições econômicas de abrangência global.

Robert McChesney revela que, atualmente, os 20 maiores conglomerados de mídia e entretenimento mundiais figuram entre as 300 maiores corporações não-financeiras do globo, que crescem vertiginosamente e convertem-se em importantes atores no cenário econômico globalizado²⁷. Esse novo caráter atribuído aos meios de comunicação agrava ainda mais o quadro da concentração, na medida em que o capital constroi e fortalece poucos grupos, ao passo em que elimina a possibilidade de pluralização de veículos regionais ou independentes.

No Brasil, sete grupos familiares detêm a maior parte dos veículos de comunicação: Marinho (Organizações Globo), Abravanel (Sistema Brasileiro de Televisão), Saad (Grupo Bandeirantes), Civita (Editora Abril), Mesquita (Grupo Estado), Frias (Grupo Folha) e Sirotsky (Rede Brasil Sul). De acordo com Altamiro Borges, tal estrutura oligopolizada nasceu no Brasil em meados do século passado e pode ser relacionada à falta de mecanismos legais de regulamentação:

No caso brasileiro, a concentração da mídia vem de longa data e foi impulsionada pela ausência na legislação de qualquer norma proibindo a propriedade cruzada – a posse de inúmeros veículos em diferentes setores (jornais, rádio, televisão). Nos EUA, país citado pelos radiodifusores como exemplo de “liberdade de expressão”, desde 1943 existem regras para limitar a concentração. No Brasil, nunca existiram. Desde as normas que iniciaram a regulação da radiodifusão nos anos 1930 (decretos 20.047/31 e 21.111/32), passando pelo Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei nº. 4.137, de 1962), nunca houve a preocupação com a monopolização. A Constituição de 1988, no seu Capítulo 5, até fixou normas para evitar a concentração, mas nunca foram regulamentadas²⁸.

A atuação dos veículos de comunicação hegemônicos no Brasil tem raízes numa estrutura social própria da realidade latino-americana, típica de sociedades pós-coloniais. A concentração da mídia preocupa 80% dos brasileiros, por

²⁷ MORAES, Denis de (org.). “Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder”. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 221. Texto de Robert McChesney.

²⁸ BORGES, Altamiro. “A ditadura da mídia no Brasil”. http://www.pfilosofia.xpg.com.br/07_leituras_cotidianas/20071007a.htm. Acesso em 22/05/2009.

acreditarem que esse controle pode levar à “exposição das visões políticas” de seus donos no noticiário²⁹. Torna-se necessário entender, a partir daí, como a imprensa escrita se articula aos interesses das classes dominantes para produzir consensos e limitar, através de mecanismos de concentração midiática, a possibilidade de circulação de interpretações contra-hegemônicas.

2.2. Os jornais e a construção do consenso

A imprensa escrita não é a de maior penetração na sociedade. Meios de comunicação eletrônicos, como o rádio e a televisão, superam os veículos escritos em termos de abrangência quantitativa, atingindo um número superior de receptores. O advento da internet como fonte de informação pode contribuir para a diminuição do prestígio tradicionalmente conferido aos jornais impressos.

Bernardo Kucinski pondera, entretanto, que os jornais são as bases de partida de processos de definição da agenda de discussões e de produção do consenso em função de seu caráter documental, por suas raízes oligárquicas, sua alta qualidade gráfica e a circulação entre as elites e os condutores da mídia³⁰. São os periódicos que pautam as ideias e discursos centrais que emanam da classe dominante, sendo apropriados e readaptados, posteriormente, a outros tipos de veículos de comunicação.

No Brasil, existem seis jornais de circulação nacional: *Folha de S. Paulo*, *O Globo*, *O Estado de S. Paulo*, *Valor Econômico*, *Jornal do Brasil* e *Gazeta Mercantil* – estes dois últimos, porém, em fase de decadência. Para Kucinski, cabe a estes periódicos a iniciativa na definição da agenda de discussões.

Esses jornais são lidos todas as manhãs extensamente pelos condutores de programas de rádio, servem de pauta para as ordens de cobertura das equipes de TV e para as grandes revistas semanais; são recortados pelas assessorias de imprensa dos políticos e das grandes empresas, para circular entre seus quadros dirigentes. A estrutura do mercado dos jornais

²⁹ Pesquisa encomendada por Serviço Mundial da BBC e feita pelas empresas de pesquisa GlobeScan e Synovate divulgada em: www.direitoacomunicacao.org.br/novo/content.php?option=com_content&task=view&id=2192. Acesso em 15/05/2009.

³⁰ KUCINSKI, Bernardo. “A Síndrome da antena parabólica”. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p.16.

brasileiros é a imagem reflexa da estrutura da propriedade agrária, na qual, em cada macrorregião, poder e prestígio são disputados por duas famílias já envoltas numa cultura de rivalidades e vendetas. Essa configuração se reproduz em escala abaixo, na maioria das capitais de estado e cidades médias³¹.

De acordo com o autor, algumas precondições são necessárias para que a mídia chegue à unanimidade discursiva: o alto grau de concentração da propriedade dos meios de comunicação – sobretudo o controle de tipos diferentes de mídia por um mesmo grupo – a convergência discursiva entre os oligopólios e a íntima relação entre os jornalistas e o *establishment*, como fontes oficiais, grupos de pressão e as assessorias de imprensa de grandes empresas³².

Essa combinação, verificável na análise da estrutura da grande mídia do Brasil, torna-se importante para a investigação sobre a atuação de um veículo impresso, de abrangência nacional, que integra o maior conglomerado de comunicação do país.

2.3. O jornal O Globo

Fundado no Rio de Janeiro em julho de 1925 por Irineu Marinho, então proprietário do jornal A Noite, O Globo nasceu com o propósito de ser um diário matutino para expandir o público leitor da empresa. Irineu faleceu semanas após a fundação do jornal, que foi assumido por seu filho Roberto Marinho. Na década de 40, ainda à frente do periódico, o herdeiro deu início às primeiras transmissões da Rádio Globo e, em 1957, obteve sua primeira concessão de TV. De acordo com o historiador Nelson Werneck Sodré, o empresário construiu seu império midiático – conhecido hoje por Organizações Globo – apoiado por agências de publicidade internacionais aliadas ao regime militar e pelo grupo estadunidense *Time-Life*. Em 1965, a empresa estrangeira remeteu à TV Globo quase US\$ 3 milhões, privilegiando-a em termos técnicos e qualitativos com relação a outras emissoras brasileiras do período³³. A prática violava a legislação de radiodifusão

³¹ Id.p.18.

³² Ibid. p.20.

³³ SODRÉ, Nelson Werneck. “História da imprensa no Brasil”. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.p.440.

brasileira, por dar poderes a uma empresa estrangeira através de uma concessão pública e nacional de televisão. O consórcio forense, que financiou emissoras de TV em vários países da América Latina no período, mantinha ainda funcionários norte-americanos em cargos de chefia da TV Globo³⁴.

O periódico carioca possui, atualmente, mais de 20 editorias e cadernos: Primeira página, 2ª página, O País, Opinião, Grande Rio, Economia e Negócios, O Mundo, Ciência e Vida, Esportes, 2º Caderno, Ela, Rioshow, Revista da TV, Morar Bem, Boa Viagem, Boa Chance, Carro etc, Globinho, Revista O Globo, Prosa e Verso e os cadernos de bairros (Zona Sul, Zona Norte, Zona Oeste, Tijuca, Barra, Baixada, Ilha, Niterói e Serra). O atual diretor de redação é Rodolfo Fernandes, filho do também jornalista e proprietário do jornal Tribuna da imprensa, Hélio Fernandes. Segundo dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC), o jornal ocupou, em 2007, a segunda posição no *ranking* de circulação nacional (perdendo apenas para a Folha de S. Paulo), com venda de 280 mil exemplares em média; em 2008, caiu para o quarto lugar - atrás da Folha de S. Paulo, do mineiro Super Notícia e do Extra, que também pertence às Organizações Globo - com circulação em torno de 281 mil exemplares. Entre janeiro e março de 2009, a venda do jornal entre segunda e sábado oscilou entre 244 mil e 246 mil exemplares. Aos domingos, esse número variou entre 349 mil e 356 mil exemplares neste ano³⁵.

³⁴ A clareza do apoio de O Globo ao regime militar pode ser verificada em editorial publicado pelo jornal em 2 de setembro de 1964, referindo-se ao golpe de Estado: "Vive a Nação dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opinião sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem. Graças à decisão e ao heroísmo das Forças Armadas, que obedientes a seus chefes demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do Governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições. Como dizíamos, no editorial de anteontem, a legalidade não poderia ser a garantia da subversão, a escora dos agitadores, o anteparo da desordem. Em nome da legalidade, não seria legítimo admitir o assassinio das instituições, como se vinha fazendo, diante da Nação horrorizada(...)Mais uma vez, o povo brasileiro foi socorrido pela Providência Divina, que lhe permitiu superar a grave crise, sem maiores sofrimentos e luto. Sejam dignos de tão grande favor". BARBOSA, Marialva. "História cultural da imprensa. Brasil: 1900-2000". Rio de Janeiro: Mauad, 2007.p.185.

³⁵ Site da Associação Nacional de Jornais (ANJ). "Maiores jornais do Brasil". <http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil>. Acesso em 19/05/2009.

Em documento enviado à Revista do Conselho da Justiça Federal em julho de 1994, O Globo definiu como seus princípios editoriais e normas de conduta jornalística:

1) A coleta de informações de interesse para a comunidade e sua ampla divulgação, com eficiência técnica e com obediência à ética, destacando-se dois compromissos: com a verdade e com o desejo do leitor, recusando-se, no entanto, a cativá-los pelo recurso à vulgaridade e ao sensacionalismo;

2) Os pontos básicos de sua linha editorial, destacando-se: defesa da sociedade justa, democrática e pluralista, com garantia de liberdade de expressão; defesa da economia de mercado, em que merecem igual respeito a livre iniciativa da empresa e os direitos do consumidor; condenação de toda forma de discriminação e preconceito social; disposição a apoiar em editoriais candidatos a cargos eletivos, sempre que a tomada de posição servir ao interesse público, preservando-se a isenção do noticiário; apoio a programas e idéias que se coadunem com os princípios do jornal, não se filiando, nem se associando, entretanto, a associações político-partidárias; abertura de espaço para o debate e o livre curso das idéias, independentemente de sua linha editorial³⁶.

Na sua página da internet, o jornal se define como

Líder absoluto nas classes A e B, O Globo é um jornal que leva para os leitores muito mais do que informação. O Globo apóia projetos culturais e educacionais, além de ter um time de colunistas que reforçam a pluralidade e contribuem para que o leitor forme sua própria opinião, pois tem acesso ao que há de melhor em conteúdo. O Jornal O Globo é um dos jornais de maior prestígio do país, se posicionando entre os três jornais de maior circulação³⁷.

O Globo possui 1.667.000 leitores, sendo 54% mulheres e 46% homens. Desse total, 27% pertencem à classe A, 49% à classe B, 22% à classe C e 2% às classes D e E. Quanto à escolaridade, 55% têm nível superior, 26% o segundo grau e 19% o primeiro grau. A maioria dos leitores possui mais de 50 anos (28%), seguida do público entre 20 e 29 anos (24%). 21% possuem entre 40 e 49 anos, 15% têm entre 30 e 39 anos e 12% têm entre 10 e 19 anos. O caderno mais lido é O Mundo, que traz notícias internacionais, com 956 mil leitores declarados³⁸.

³⁶ Site do Conselho Federal de Justiça. <http://daleth.cjf.jus.br/revista/seriepesq02.htm>. Acesso em 02/05/2009.

³⁷ Site Infoglobo. "A empresa". <http://www.infoglobo.com.br/empresa.asp>. Acesso em 17/05/2009.

³⁸ Site Infoglobo. "Dados de mercado". http://www.infoglobo.com.br/mercado_perfilleitores.asp?perfil=1. Acesso em 16/05/2009.

Atualmente, as Organizações Globo constituem o maior conglomerado em língua portuguesa do mundo, e abarcam quatro jornais, uma TV aberta (com cinco transmissoras e 121 afiliadas), canais de TV segmentados, a maior operadora de TV a cabo do país, *sites* de internet, 30,1% das emissoras de rádio AM e FM, agências de notícias, 20 revistas, gravadora de discos, produtora e distribuidora de cinema e até uma imobiliária. Em 2008, somente o faturamento da Globo Comunicações e Participações - que envolve parte do conglomerado - foi de R\$ 7,6 bilhões³⁹. As empresas das Organizações Globo são controladas atualmente pelos três filhos de Roberto Marinho, falecido em 2003: Roberto Irineu Marinho (presidente), João Roberto Marinho (vice-presidente) e José Roberto Marinho (responsável pela Fundação Roberto Marinho e pelas emissoras de rádio do grupo).

O jornal que será analisado por este trabalho é, portanto, simbólico e representativo dos pontos de vista ideológico e econômico: cresceu com o apoio da ditadura militar e do capital internacional, é voltado às classes dominantes e alimenta ideologicamente um discurso hegemônico que é reproduzido, das formas mais simplificadas às mais subjetivas, pelo conjunto de veículos de comunicação e entretenimento compreendido pelas Organizações Globo.

2.4. Linguagem, discurso e mito na manutenção da ideologia

Como a linguagem e o discurso expressos pelos meios de comunicação hegemônicos se manifestam ideologicamente? Quais são as condições de produção desses meios em relação à ideologia, e onde ela intervém no discurso midiático hegemônico?

Para Eni Orlandi, a linguagem não é neutra. É nela que a ideologia, constitutiva do sujeito e da produção de sentidos, se materializa. O discurso, a seu tempo, é composto pela linguagem e resulta da combinação de circunstâncias em

³⁹ Site da revista Época. "Receita da Globo cresce 14% em 2008". <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI65630-15259,00.html>. Acesso em 15/05/2009.

que se fala ou escreve (a identidade e a intencionalidade de quem o produz, por exemplo) com a forma com que se fala ou escreve⁴⁰.

Roland Barthes propõe que os veículos de comunicação hegemônicos sustentam o que ele conceitua por fala mítica. Para o autor, o mito é uma fala escolhida pela história, que não se define pelo objeto de sua mensagem, mas pela forma com que ela é proferida. Enquanto um valor aplicável a todo um sistema social, a fala mítica é, na direita, a fala do opressor.

A burguesia pretende conservar o ser sem o parecer; é a própria negatividade do parecer burguês que solicita infinitamente o mito. O oprimido não é coisa nenhuma, possui apenas uma fala, a de sua emancipação, o opressor é tudo, sua fala é rica, multiforme, maleável, dispõe de todos os graus possíveis de dignidade: tem a posse exclusiva da metalinguagem. O oprimido faz o mundo, possui apenas uma linguagem ativa, transitiva⁴¹.

Ao transformar sentido em forma, o mito simplifica os atos humanos e suprime toda a dialética que neles pode existir. Falar das coisas, e não as coisas, são atos distintos que não pretendem transformar, mas eternizar.

O inconsciente, o esquecimento, a falha e a representação social são elementos subjetivos importantes de análise do comportamento discursivo. Para identificar os mitos da comunicação hegemônica e os elementos ideológicos nela presentes, é preciso desconstruir discursos. Pretende-se, assim, identificar neste trabalho os efeitos da ideologia na língua e a sua materialização no discurso do jornal em questão.

⁴⁰ ORLANDI, Eni Puccinelli. "Análise de discurso: princípios e procedimentos". Campinas, SP: Pontes, 1999. p. 96.

⁴¹ BARTHES, Roland. "Mitologias". São Paulo, SP: Difel, 1982.p.169.

3. O FAZER JORNALÍSTICO E O DISCURSO DE “O GLOBO”

3.1. Análise de Discurso: breve conceituação

Por discurso, pode-se compreender desde sua associação ao campo da lingüística até conceitos que incluem formações ideológicas e subjetivas que articulam conhecimento e experiência dentro de um texto escrito ou falado.

De acordo com Orlandi, discurso é “palavra em movimento”, a prática da linguagem que permite a observação da fala humana. Analisá-la levando em conta os processos humanos envolvidos na sua construção constitui-se no procedimento conhecido por Análise de Discurso - estudo que se relaciona às áreas das Ciências Sociais e da Linguística (objetivando sua transformação, por rejeitar os reducionismos existentes nesses campos) e insere, nesse cruzamento, a questão da ideologia.

Partindo da idéia de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, (a Análise de Discurso) trabalha a relação língua-discurso-ideologia. Essa relação se complementa com o fato de que, como diz M. Pechêux (1975), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido⁴².

A Análise de Discurso nasceu nos anos 60 do século XX permeada por debates que a relacionavam à Linguística, ao Marxismo e à Psicanálise, mas indícios de sua proposta teórica – a língua funcionando para a produção de sentidos – puderam ser percebidos ainda na Antiguidade. Esse método difere da Análise de Conteúdo porque procura entender não “o que” um texto quer dizer, mas “como” ele significa. Desta forma, a Análise de Discurso pressupõe que

- a. a língua tem sua ordem própria, mas só é relativamente autônoma (distinguindo-se da Linguística, ela reintroduz a noção de sujeito e de situação na análise da linguagem)
- b. a história tem seu real afetado pelo simbólico (os fatos reclamam sentidos)

⁴² ORLANDI, Eni P. Op. cit. p.17.

- b. o sujeito da linguagem é descentrado pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo controle sobre o modo como elas o afetam⁴³.

Ou seja, a Análise de Discurso leva em conta aspectos sociais, históricos e simbólicos da língua e de quem a produz. A partir destas premissas, torna-se essencial ao analista entender como um objeto simbólico produz sentidos e explicita formas de significação que permitam detectar sentidos além daqueles notadamente presentes no texto. Conhecer as condições de produção de um texto discursivo são procedimentos igualmente imprescindíveis para a realização da Análise. Além do contexto imediato da enunciação, as condições de produção incluem a contextualização social, histórica e ideológica de quem está nela envolvido.

A memória e o esquecimento, quando se relacionam ao discurso, são tratados na Análise como “interdiscurso”, ou uma formulação já feita – por vezes esquecida, guardada no inconsciente do enunciador - que determina o que é e o que não é dito. A memória discursiva permite compreender o universo simbólico, bem como os compromissos políticos e ideológicos, do texto analisado. Ao citar Pêcheux, Orlandi afirma que o esquecimento pode emergir de duas formas no discurso. O primeiro, semi-parcial, ocorre quando uma enunciação é feita em detrimento de outra que também poderia ser feita, levando o observador do discurso a crer que existe uma relação direta, fiel e natural entre pensamento, língua e mundo. A outra forma de esquecimento relaciona-se ao inconsciente e é resultante da forma com que somos afetados pela ideologia e pela historicidade.

Quando nascemos os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo. Eles não se originam em nós. Isso não significa que não haja singularidade na maneira como a língua e a história nos afetam. Mas não somos o início delas. Elas se realizam em nós em sua materialidade. Essa é uma determinação necessária para que haja sentidos e sujeitos. Por isso é que dizemos que o esquecimento é estruturante. Ele é parte da constituição dos sujeitos e dos sentidos. As ilusões não são “defeitos”, são uma necessidade para que a linguagem funcione nos sujeitos e na produção dos sentidos. Os sujeitos “esquecem” que já foi dito – e este não é um esquecimento voluntário – para, ao se identificarem com o que dizem, se constituírem em sujeitos. É assim que suas palavras adquirem sentido, é assim que eles se significam retomando

⁴³ Id. p.19-20.

palavras já existentes como se elas se originassem neles e é assim que sentidos e sujeitos estão sempre em movimento, significando sempre de muitas e de variadas maneiras⁴⁴.

Esta condição pode ser verificada e trabalhada em estudos sobre o jornalismo e a ilusão da objetividade, como veremos adiante.

A linguagem discursiva circula também entre processos conflitantes de paráfrase e polissemia. Enquanto os procedimentos parafrásticos são aqueles em que a memória é mantida no dizer e representam o eterno retorno do dizer aos mesmos espaços de origem, os processos polissêmicos trabalham o deslocamento de significação, o equívoco, o diferente. É esse jogo entre o já-dito e o não-dito que constitui sujeitos, sentidos e discursos. A repetição provocada pela paráfrase possibilita a sustentação do sentido, ao passo em que a polissemia é a fonte da linguagem que produz diferentes movimentos de sentido relacionados a um mesmo objeto simbólico.

Ainda, as formações imaginárias interferem na formulação do discurso. O mecanismo de antecipação é aquele que provoca uma espécie de regulação por parte do produtor do discurso com vistas a contemplar o que o interlocutor espera dele. O lugar de onde os discursos são produzidos é também determinante para inculcar o valor de cada um. Em uma sociedade de relações hierarquizadas, a força da autoridade é que determina o grau de legitimidade da fala. À autoridade jornalística da mídia hegemônica, por exemplo, é conferido atualmente um dos maiores postos nesta escala.

Dados estes elementos sobre as condições de produção de discursos, cabe examinarmos também os processos de formação discursiva. Constituídas pela contradição, determinantes do que pode ou deve ser dito, as formações discursivas passam elas próprias a representar as formações ideológicas e permitem compreender os diferentes sentidos de um discurso. Elas são como núcleos de sentidos; o que faz com que uma mesma palavra tenha sentidos distintos é a formação discursiva em que ela se insere.

⁴⁴ Ibid. p.36.

Isso define em grande parte o trabalho do analista: observando as condições de produção e verificando o funcionamento da memória, ele deve remeter o dizer a uma formação discursiva (e não outra) para compreender o sentido do que ali está dito⁴⁵.

Orlandi afirma que o percurso da Análise de Discurso deve seguir etapas distintas: primeiro, é preciso promover a transferência da superfície linguística (o material coletado em estado bruto) para o objeto discursivo (analisado superficialmente através da limitação do *corpus*) e, em seguida, aprofundá-lo até distinguir os objetos e as formações discursivas - relacionando-as às formações ideológicas, aos esquecimentos (o não-dito), às paráfrases, e metáforas (os deslizamentos de sentidos) que simbolizam relações de poder presentes no texto, sempre voltando à questão inicial feita pelo analista. O produto da análise, então, é o entendimento desses processos de produção e deslocamento de sentidos e o posicionamento de sujeitos envolvidos no discurso.

Assim, a escolha da Análise de Discurso enquanto categoria teórica e metodológica não pretende admitir a existência de uma “verdade oculta” por trás do texto, mas entender, através das pistas que vão sendo deixadas pelo discurso, o que ele pode ou não simbolizar.

3.2. O discurso e o fazer jornalístico: os efeitos de verdade

Este trabalho objetiva analisar o discurso de um veículo de comunicação. Para Patrick Charaudeau, diretor do Centro de Análise de Discurso da Universidade de Paris, o discurso da mídia é aquele que a) precisa provar a veracidade dos fatos relatados; b) é vulgarizado – pois precisa se tornar inteligível a um número amplo de pessoas –; e c) relaciona-se de forma intrínseca ao “imaginário do saber” e, como consequência da autoridade que esse saber confere, ao imaginário do poder social. Os efeitos de verdade que o discurso produz são, portanto, produtos dessa relação de poder.

⁴⁵ Ibidem. p. 45.

O discurso de informação midiática joga com essa influência, pondo em cena, de maneira variável e com conseqüências diversas, efeitos de autenticidade de verossimilhança e de dramatização⁴⁶.

Qual a finalidade da Análise de Discurso no jornalismo? Segundo Marcia Benetti, a Análise de Discurso é especialmente relevante para duas categorias específicas de estudos no campo da comunicação social: mapeamento de vozes e identificação de sentidos. Se o jornalismo é um lugar de produção de sentidos, sua prática é então 1) um discurso dialógico. Na linguagem, o dialogismo pode se referir à relação entre discursos (ou a interdiscursividade, que Orlandi relaciona ao esquecimento) e à intersubjetividade, ou a relação entre sujeitos no discurso. A intersubjetividade desfaz o efeito ilusório da literalidade (a impressão de que algo só pode ser dito de uma maneira), já que o discurso depende dos sujeitos para existir, e cresce na mesma medida em que a ideologia é naturalizada. Se eu ignoro a existência da ideologia no texto, menos necessidade terei em questionar se algo poderia significar outra coisa além do que está significando no texto.

Assumir essa característica como um dos pressupostos do jornalismo leva-nos a reconhecer que o texto objetivo é apenas uma intenção do jornalista, restando-lhe elaborar um texto que no máximo direcione a leitura para um determinado sentido, sem que haja qualquer garantia de que essa convergência de sentidos vá de fato ocorrer. A pretensão de desambigüizar o mundo, que sustenta o jornalismo a partir de seu objetivo de relatar “fielmente” os acontecimentos, revela-se frágil e ilusória sempre que problematizada pelo viés da linguagem⁴⁷.

Segundo Benetti, o discurso jornalístico é ainda 2) opaco, uma vez que é repleto de possibilidades de interpretação, e pode ou não ser 3) polifônico (incluir diversas vozes).

As teorias construcionistas do jornalismo, surgidas na década de 70 do século XX, propõem que toda e qualquer representação é uma forma subjetiva de edificação do real. Elas rejeitam frontalmente hipóteses simplistas como a “teoria do espelho” (que afirmava que as notícias seriam um reflexo fiel da realidade) e se estruturam a partir do paradigma de que as notícias são uma construção social. É

⁴⁶ CHARAUDEAU, Patrick. “Discurso das mídias”. Tradução de Angela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006. p.63.

⁴⁷ BENETTI, Marcia e LAGO, Claudia. “Metodologia de pesquisa em jornalismo”. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.p.108.

a partir desta compreensão que surgem as teorias estruturalista e interacionista do jornalismo.

A teoria estruturalista, orientada para estudos que procuram compreender os fenômenos midiáticos e culturais e que tem entre seus principais formuladores o britânico Stuart Hall, estabelece uma relação direta entre o produto noticioso e a estrutura econômica da empresa jornalística, e coloca os jornalistas como determinantes para a manutenção da ideologia dominante - apesar de reconhecer sua relativa autonomia com relação ao controle econômico da empresa. Na perspectiva estruturalista, as notícias são um produto social dependente de fatores como a organização burocrática dos jornalistas, a estrutura dos “valores-notícia” (critérios de seleção do que é noticiável) e o momento de construção da notícia, que envolve a perspectiva culturalista de identificação de valores-comuns (valores compartilhados por uma mesma sociedade cultural)⁴⁸. Já a teoria interacionista, que apesar de compartilhar a tese estruturalista de que as notícias legitimam em maior ou menor grau o *status quo*, joga luz sobre as condições concretas de produção da notícia, como o fator tempo e a desigualdade de cobertura do ponto de vista territorial. Como consequência da necessidade de “rotinizar” a atividade jornalística, os profissionais tornam-se dependentes de fontes oficiais; inversamente, o acesso das fontes não-oficiais aos meios de comunicação é escasso⁴⁹.

O teórico português Nelson Traquina afirma que os jornalistas constituem uma “tribo interpretativa”, uma comunidade que observa e busca relatar os acontecimentos de forma particular. Utiliza padrões permanentes de cognição, seleção, ênfase e exclusão para organizar a notícia e oferecer definições limitadas de uma determinada realidade. E como é a notícia para a tribo jornalística? A este trabalho, não interessa rever os chamados valores-notícia de seleção - que fazem com que um dado acontecimento se torne notícia - mas os valores-notícia de construção, critérios que se relacionam aos elementos que merecem ser incluídos

⁴⁸ TRAQUINA, Nelson. “Teorias do jornalismo – volume I: por que as notícias são como são”. Florianópolis: Insular, 2004. p.177.

⁴⁹ Id. p.196.

na elaboração da notícia. Segundo Traquina, estes critérios são: a) a simplificação, ou a redução da natureza polissêmica do discurso: quanto menos complexa a informação for ao receptor, melhor será a notícia; b) a amplificação, cujas expressões podem ser constatadas em manchetes e *leads* impactantes; c) a relevância, ou o grau de significado que uma notícia tem para o público (a notícia responderá à questão: “o que eu tenho a ver com isto?”); d) a personalização, ou a valorização de determinadas pessoas envolvidas na notícia, garantindo a identificação “humano-humano” e, assim, o interesse maior do público; e) a dramatização, ou a ênfase aos aspectos mais emocionais e a natureza conflitual da notícia e, por fim, f) a consonância – ou a inserção da notícia em um contexto já conhecido, assegurando a sensação de familiaridade ao receptor⁵⁰.

Para que e para quem trabalham os jornalistas? Debater a finalidade do jornalismo e a função social do profissional de comunicação também é imperativo para a reflexão que este trabalho propõe. Ao atribuir a si a incumbência de prestar um serviço especializado em nome da democracia e do interesse público, a imprensa tem por finalidade primeira repartir conhecimentos e estimular a cidadania. Charaudeau aponta, porém, a finalidade ambígua do discurso de informação: os veículos de comunicação privados constituem-se em empresas de economia de caráter liberal, que precisam concorrer com outras corporações possuidoras das mesmas características. A necessidade de transmitir informação e lucrar com ela pode obrigá-las, então, a recorrer a mecanismos que nem sempre estão em consonância com a credibilidade exigida por um serviço destinado ao interesse público⁵¹.

Desta forma, o surgimento e a ascensão do jornalismo dependente do mercado pode conflitar-se com o primeiro e maior compromisso do profissional de imprensa, que é com o cidadão. Se a deformação da informação é inevitável, ela pode ou não ser propositada.

⁵⁰ Ibid. p.91-92.

⁵¹ A necessidade de captação a obriga a recorrer à sedução, o que nem sempre atende à exigência de credibilidade que lhe cabe na função de “serviço ao cidadão” – sem mencionar que a informação, pelo fato de referir-se aos acontecimentos do espaço público político e civil, nem sempre estará isenta de posições ideológicas CHARAUDEAU, Patrick. Op.cit.p.59.

A prática jornalística é, portanto, uma construção particular da realidade, elaborada através de processos de interação social com diversas fontes, com outros profissionais de jornalismo e com a própria sociedade; sustenta o poder instituído em maior ou menor grau (devido às possibilidades, ainda que relativas, de criação de estratégias de contra-produção por parte da sociedade civil e da autonomia dos jornalistas); seu caráter empresarial torna-a competitiva, colocando em xeque sua característica essencialmente pública.

3.3. Procedimentos da Análise de Discurso em jornalismo

Para identificar sentidos no discurso jornalístico, Benetti propõe os seguintes procedimentos: a) enxergar a existência das camadas discursiva (mais evidente) e ideológica (perceptível quando o método é aplicado) no texto; b) identificar as diferentes formações discursivas, localizando marcas discursivas do sentido rastreado e ressaltando as que representam com mais ênfase o sentido; c) depois de reunidos e identificados os sentidos, é preciso que o analista busque outros elementos que atravessam o discurso jornalístico, que estejam fora do texto; d) após identificar a formação do discurso e suas marcas discursivas, o analista deve buscar a formação ideológica que determina a posição do veículo analisado⁵². Ou seja, na análise, parte-se do texto para aquilo que o antecede.

Outra frente importante de observação na análise, já elencada anteriormente por Orlandi, é o silenciamento. Se o discurso jornalístico é plural, seus textos deveriam trazer a pluralidade de visões sobre um tema. Quais sentidos estão silenciados e por que estão ausentes naquele espaço?

Para o estudo de vozes no discurso jornalístico, é preciso primeiro entender o que elas significam. As vozes que nele circulam podem ser várias: as fontes, o jornalista que assina ou a instituição, quando o texto não é assinado. O que caracteriza o discurso como intersubjetivo é justamente o cruzamento entre vozes diversas, sujeitos. A pluralidade de vozes, porém, pode não configurar um texto

⁵² BENETTI e LAGO, Op.cit. p.113.

como polifônico. Para sabê-lo, é preciso: a) mapear as vozes que o constituem e b) refletir sobre os lugares de sujeito que indivíduos distintos ocupam⁵³.

O nível de definição de vozes ideal para a Análise do Discurso jornalístico é o que distingue locutor e enunciador – chamada de teoria polifônica da enunciação, proposta pelo linguista francês Oswald Ducrot⁵⁴. Nela, o locutor é aquele que fala e é responsável pelo enunciado, pode ser quem assina o texto ou aquele que reproduz a informação de uma fonte. O problema, porém, reside na identificação dos enunciadores, ou aqueles que apresentam seus pontos de vista sobre o acontecimento:

No jornalismo, podemos pensar no exemplo de uma reportagem que ouça, digamos, quatro fontes. Em princípio, teríamos cinco locutores: o jornalista (L1) e as fontes (L2, L3, L4 e L5). Aparentemente, é um texto polifônico. No entanto, é preciso, depois de identificar os locutores, ir às perspectivas de enunciação. Se todas as quatro fontes enunciarem a mesma perspectiva, filiadas aos mesmos interesses e inscritas na mesma posição de sujeito, apenas complementando-se umas às outras, podemos dizer que configuram um único enunciador (E1). Teríamos assim um texto aparentemente polifônico, pois claramente constituído por cinco vozes diferentes, que na verdade é monofônico, pois é constituído de um único enunciador⁵⁵.

A natureza pública do jornalismo exige diferentes enunciações, para além de diferentes vozes. Identificar os sentidos presentes no discurso jornalístico permite evidenciar as influências da sociedade, da ideologia, da cultura e do imaginário que incidem sobre ele.

3.4. Contextualização

Constituída em 1942 durante o governo Getúlio Vargas, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) passou para as mãos da iniciativa privada em 1997 por R\$ 3,3 bilhões. Antes disso, a maior produtora de minério de ferro do mundo tinha como controlador acionário o Estado brasileiro. De acordo com o relatório técnico da Coordenação de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe-UFRJ), o valor de venda da Companhia foi

⁵³ Id.p.116.

⁵⁴ Ibid. p.117.

⁵⁵ Ibidem. p.119.

subavaliado, uma vez que o lance mínimo do leilão de privatização da empresa não contabilizou a quantia total de reservas de minérios pertencentes a ela⁵⁶.

O argumento utilizado pelo governo brasileiro à época da privatização para justificar a venda da empresa se baseou na necessidade de amortização das dívidas interna e externa do país. Segundo o sociólogo Ivo Lesbaupin, a privatização de 70% das estatais brasileiras no período FHC arrecadou aproximadamente R\$ 60 bilhões - valor correspondente a mais da metade da dívida pública interna no início do governo de Fernando Henrique, R\$ 108 bilhões. Entre 1995 e 2002, porém, essa dívida saltou para R\$ 654 bilhões, enquanto a dívida externa cresceu de US\$ 148,2 bilhões para US\$ 227,6 bilhões⁵⁷.

Em dezembro de 2005, o Tribunal Regional Federal de Brasília reconheceu 69 ações populares que contestavam a legalidade do processo de privatização – além do subfaturamento, foi apontada a existência de vínculo entre o avaliador e o comprador, prática considerada inconstitucional (o Banco Bradesco participou do consórcio de avaliação e, posteriormente, tornou-se acionista da empresa). Impulsionados pela possibilidade jurídica de anulação do leilão, em setembro de 2006, movimentos sociais e sindicais deram início a uma campanha de caráter nacional, intitulada “A Vale é nossa”, que tinha como argumento principal a retomada do patrimônio brasileiro - uma vez que a maior parte do lucro da empresa privatizada é remetida a investidores estrangeiros. Um ano depois, entre 1º e 9 de setembro, a campanha culminou em um plebiscito popular (não-oficial), organizado por 64 entidades, em que brasileiros puderam opinar a respeito da reestatização. No total, 3,7 milhões de pessoas votaram e, deste número, 94,5% disseram “não” à manutenção da empresa nas mãos do capital privado⁵⁸. Apesar de não ter obtido resultados concretos quanto à reversão da privatização, o

⁵⁶ Portal de contabilidade. <http://www.cosif.com.br/mostra.asp?arquivo=20070715vendavaleriodoce>. Acesso em 02/06/2009

⁵⁷ Site da Unisinos. “a Vale do Rio Doce e o neoliberalismo no Brasil- entrevista com Ivo Lesbaupin”.

http://www.unisinos.br/ihu/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=8843. Acesso em 03/06/2009.

⁵⁸ Jornal Folha de S. Paulo. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0910200728.htm>. Acesso em 03/06/2009.

plebiscito referendou a intenção de boa parte da população em tornar a empresa pública novamente. Durante esse período, os jornais de circulação nacional pouco repercutiram o assunto, e até hoje nenhuma decisão judicial definitiva foi tomada.

Foi a partir deste processo, ocorrido entre setembro de 2006 e setembro de 2007, que os movimentos sociais passaram a questionar de forma incisiva a atuação da empresa, que agora se chama apenas Vale. A companhia é a mineradora que mais foi multada pelo Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente). Desde a privatização, a empresa recebeu 56 autos de infração que totalizam R\$ 37 milhões, por uso de carvão proveniente de floresta nativa, incêndios em áreas de proteção, destruição de áreas de preservação permanentes e manutenção de serviços potencialmente poluidores. Em 2007, as multas chegaram a R\$ 2,9 milhões de reais – dos quais apenas R\$ 217 mil foram pagos⁵⁹. A Vale, por sua vez, afirma em sua página da internet o compromisso com a preservação do Meio Ambiente:

Também investimos na conservação do meio ambiente e na reabilitação de espécies nativas dos ecossistemas da Mata Atlântica, do Cerrado e da Amazônia. Possuímos avançada tecnologia de reflorestamento e renovação do ciclo florestal e atuamos em cinco dos sete biomas brasileiros⁶⁰.

Para o MST e outros movimentos sociais que representam populações impactadas pela atuação da Vale, sobretudo na região Norte, a empresa não investe suficientemente na infra-estrutura social das áreas em que está instalada, já que está isenta de impostos para exportar. Segundo reportagem da Agência Repórter Brasil, os camponeses exigem o aumento da alíquota da Contribuição Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), cobrados sobre o faturamento da companhia, de 2% para 6%. Em outros países que praticam atividades de mineração, a alíquota costuma ser cerca de 5% sobre o valor de venda. Com relação especificamente à questão agrária, o MST afirma que a Vale impede a criação de assentamentos nas regiões em que atua (pelo fato de serem estas regiões possuidoras de riquezas minerais), e expulsa os camponeses dos

⁵⁹ Revista Piauí. Edição de março de 2007.

⁶⁰ Site da Vale. "Sustentabilidade". <http://www.vale.com/vale/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=5>. Acesso em 01/06/2009.

assentamentos criados⁶¹. A incongruência entre a riqueza gerada pela mineração e a pobreza crescente dos habitantes das regiões onde essa atividade é predominante converte-se, portanto, na principal fagulha para mobilizações populares.

3.5. *Corpus*

Este trabalho analisará sete matérias, publicadas pelo jornal O Globo entre 11 de março e 14 de abril de 2008, que se referem a ações de movimentos sociais (incluindo o MST) em áreas pertencentes à Vale do Rio Doce.

Matéria 1: MST bloqueia ferrovia da Vale (anexo 1)

No dia 11 de março de 2008, o jornal publicou matéria com chamada de capa, assinada pelo repórter Chico Otávio, que informava a intenção da empresa em processar os envolvidos na ocupação dos trilhos de trens da companhia Vale, ocorrida um dia antes, no município mineiro de Resplendor. A matéria enfocava ainda o prejuízo da empresa com a paralisação e a condenação de um diretor da companhia às manifestantes da Via Campesina, que pretendiam denunciar impactos causados pela construção da barragem da Aimorés, no rio Doce: as obras alagaram cerca de 2 mil hectares de terras e afetaram cerca de cem mil famílias da região.

Matéria 2: Após ferrovia, MST invade hidrelétrica da Vale (anexo 2)

Em 12 de março, matéria assinada por Aduari Antunes Barbosa, Chico Otavio e Isabela Martin informou a ocupação da hidrelétrica de Estreito, na divisa do Maranhão com Tocantins, construída por consórcio do qual a Vale faz parte. A usina foi ocupada no dia 11 pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e MST, ambos integrantes da Via Campesina. O presidente do consórcio classificou a ação com um “movimento orquestrado”, e o manifestante do MAB elencou as reivindicações do protesto, como a abertura do diálogo com o consórcio e o respeito aos direitos dos indígenas atingidos.

⁶¹ Agência Repórter Brasil. <http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=1236>. Acesso em 28/05/2009.

Matéria 3: MST ameaça invadir ferrovia da Vale no Pará (anexo 3)

Em 9 de abril, matéria assinada por Ronaldo Brasiliense enfocava a ameaça de paralisação da ferrovia de Carajás por militantes do MST. A matéria destacou o “clima tenso” que pairava sobre a região e a iminência de desrespeito a uma liminar da Justiça que proibiu o movimento de promover “atos violentos” contra a empresa.

Matéria 4: Invasão ameaça estado de direito, diz a Vale (anexo 4)

Também no dia 9 de abril, matéria não assinada repercutiu uma nota divulgada pela Vale, em que a empresa afirmou que a “invasão anunciada” do MST e outros grupos à Estrada de Ferro Carajás era um desrespeito ao estado de direito e uma ameaça à segurança pública. O texto afirmava ainda que o MST havia prometido invadir fazendas produtivas, fechar rodovias e bloquear a ferrovia da Vale, além de promover atos em outros municípios do estado do Pará para cobrar celeridade nos assentamentos, mais verbas para a agricultura familiar e a re-estatização da Vale.

Matéria 5: Sem-terra mantêm acampamento perto de Carajás (anexo 5)

Em 10 de abril, Ronaldo Brasiliense assinou nova matéria que afirmava que os sem-terra seguiam ameaçando paralisar a Estrada de Ferro e noticiava o envio de reforços policiais ao local.

Matéria 6: Presidente da Vale chama invasores de bandidos (anexo 6)

O comentário do presidente da Vale, Roger Agnelli, que chamou manifestantes de bandidos por ameaçarem invadir a Estrada de Ferro de Carajás, rendeu matéria não assinada no dia 11 de abril de 2008.

Matéria 7: MST intensifica ação contra a Vale no Pará (anexo 7)

Em 14 de abril, Ronaldo Brasiliense escreve sobre a chegada de ônibus de sem-terras e garimpeiros ao acampamento próximo à Estrada de Ferro em Parauapebas, que aumentou o “clima de tensão” na cidade. São destacados o

apoio do prefeito da cidade ao MST e as críticas feitas pela oposição, além do ataque do presidente da Vale à inoperância do governo do Pará com relação ao cumprimento de reintegrações de posse.

3.6. Análise

3.6.1. Um estudo dos sentidos

A partir do recorte do *corpus*, serão delimitadas as sequências discursivas (trechos recortados arbitrariamente) em cada matéria, para que então sejam evidenciadas as marcas ou as expressões que formam o caminho em direção às formações discursivas (FDs) – constituindo os movimentos de paráfrase. As marcas discursivas serão identificadas em negrito, e as sequências discursivas (SDs) numeradas para facilitar a organização.

Nas matérias analisadas, foram identificadas as seguintes formações discursivas:

FD1 – Fora da lei

FD2 – Contra o progresso

FD3 – Violência

FD4 – Ameaça

FD5 – Incoerência

Formação discursiva 1: Fora da lei

Ao condenar as ações, o diretor-executivo de Assuntos Corporativos e Energia da Vale, Tito Martins, chamou os dirigentes do MST de “bandidos, criminosos, que **querem perturbar a ordem**”. (SD1) (anexo 1)

Martins disse que a obstrução da ferrovia deveria ser tratada como **caso de polícia**. Ele chamou os líderes do MST e da Via Campesina de “um bando de covardes”, por terem supostamente usado mulheres e crianças na ocupação. (SD2) (anexo 1)

A mineradora Vale pretende **processar os dirigentes do MST** e da Via Campesina que, desde sábado, já comandaram duas invasões à empresa. (SD3) (anexo 1)

O bloqueio **desrespeita liminar** do Tribunal de Justiça do Rio, que proíbe o movimento e seu coordenador nacional, João Pedro Stédile, de “incitar e promover a prática de atos violentos”(…). (SD4) (anexo 3)

A Vale divulgou nota oficial ontem afirmando que "a invasão anunciada e iminente à Estrada de Ferro Carajás pelos integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e outros grupos é um **desrespeito ao estado de direito** e uma ameaça à segurança pública que afeta não apenas todo o setor produtivo do Pará, mas toda a população do estado". (SD5) (anexo 4)

Para ele, as ameaças do MST de invadir propriedades da Vale **são criminosas**: — (Um ato) Totalmente criminoso feito por bandidos, que **não respeitam a lei e não respeitam a democracia. Fazem um discurso dizendo que respeitam e querem a democracia, mas não respeitam a democracia.** (SD6) (anexo 6)

As SDs recortadas trazem elementos que remetem às idéias de “desrespeito às leis” e de “afronta ao estado democrático de direito”. O MST perturba a ordem (SD1), é caso de polícia (SD2), será processado (SD3), desrespeita liminar (SD4) e o estado de direito (SD5), constituindo-se num movimento anti-democrático (SD6). À exceção da SD4, todas as sequências discursivas são atribuídas a enunciadores ligados à Vale. De uma parte, isto pode possibilitar uma interpretação de idoneidade por parte do jornal, uma vez que está repercutindo informações e opiniões de uma fonte e não as suas próprias. A escolha da empresa como principal fonte das matérias analisadas e a convergência discursiva de outras fontes (como será visto adiante, na análise das vozes), porém, nos indica a predileção por um discurso que toma o MST por um grupamento anti-democrático, criminoso. O silenciamento (não ouvir a outra parte envolvida e ignorar os motivos das manifestações) e a utilização do valor-notícia de simplificação podem ser percebidos a partir da leitura das matérias na íntegra. Ao reduzir a natureza polissêmica da notícia, o jornal pouco explica as origens das manifestações nem complexifica os interesses em jogo que envolvem os sujeitos das notícias, privilegiando o ponto de vista da empresa.

Formação discursiva 2: Contra o progresso

Cerca de 300 mil toneladas de minério **deixaram de ser transportadas, afetando a programação de exportações da empresa no Porto de Tubarão.** (SD1) (anexo 1)

O consórcio alertou que a manifestação pode **causar sérios transtornos ao empreendimento e comprometer gravemente o cronograma de obras da hidrelétrica**. (SD2) (anexo 2)

A ferrovia foi bloqueada pelo MST em outubro passado, **causando um prejuízo de R\$50 milhões**. (SD3) (anexo 4)

Uma forma de deslegitimar as ações de movimentos sociais é mostrar que elas trazem prejuízos à população. Greves de bancários que impedem que as pessoas paguem suas contas e manifestações de rua que causam congestionamentos, por exemplo, são costumeiramente noticiados com esse enfoque pela mídia hegemônica. Podemos também remeter essa prática ao valor-notícia de construção “relevância”, por demonstrar que a notícia tem significado para a vida das pessoas. No caso da Vale, essa relação não pode ser feita diretamente pelo jornal - já que a companhia é privada - mas ao contabilizar os prejuízos de uma empresa “brasileira” que se coloca como referência de sucesso e progresso, sem que os motivos das mobilizações sejam devidamente explicados, as SDs 1, 2 e 3 podem posicionar o MST como um movimento anacrônico, contrário ao progresso.

Formação discursiva 3: Violência

Eles chegaram ao local em ônibus. **Foram acusados pela Vale de fazer refém o maquinista Pedro Jesus Simões. A empresa divulgou uma gravação na qual o maquinista, de 63 anos, se diz impedido de sair**, mas os invasores negaram ter feito reféns. (SD1) (anexo1)

Em nota, a Vale disse que foi a sétima ação do MST contra a empresa desde agosto de 2007. O diretor Tito Martins classificou a penúltima, sábado, na Ferro Gusa Carajás, no Maranhão, de “**extremamente violenta**” e **organizada, uma vez que os manifestantes, que não seriam da região, depredaram toda a sede**. De acordo com a polícia, **a manifestação foi pacífica**, mas o tráfego ficou suspenso durante todo o dia, no trecho que liga Belo Horizonte a Vitória. (SD2) (anexo 1)

A determinação é **coibir atos criminosos e manter a ordem social** nas regiões sul e sudeste do estado. Nesses locais, o MST promete promover ações para marcar a passagem do 12º aniversário do massacre de Eldorado dos Carajás, onde 19 sem-terra foram mortos em confronto com tropas da Polícia Militar. (SD3) (anexo 6)

A violência atribuída aos movimentos sociais, que liga-se também à ideia de banditismo e de desrespeito às leis, deslegitima sua ação. Na SD1, uma gravação

em que um maquinista diz ter sido feito refém (uma prova), é muito mais contundente diante da simples negação dos manifestantes. Na SD2, o repórter repercute a menção do diretor da empresa sobre a “violência” empregada em uma ação anterior à que é noticiada - que por sua vez foi considerada pacífica pela polícia - enquanto na SD3 é destacado o envio de tropas da PM ao local para coibir atos futuros, já sabidos, criminosos.

Formação discursiva 4: Ameaça

O diretor executivo disse que a empresa está **desconfiada** de que haveria outro “grande movimento” para ocupar mais uma ferrovia da Vale no sábado que vem, desta vez em Carajás, no Pará. O dirigente nega que os movimentos sociais — incluindo o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) — tenham uma pauta de reivindicações específica para a Vale. (SD1) (anexo 1)

— O que percebo neste momento é **que o medo está instaurado dentro da cidade**. Há pais que estão retirando os filhos daqui — contou a vereadora Creusa Vicente (PMDB). O presidente da Associação Comercial e Industrial de Parauapebas, José Rinaldo Carvalho, também demonstrou **preocupação**. — Quando a gente diz “**eu estou com medo**” é **porque o cidadão está tremendo de medo**. Então é sério, é um **terrorismo constante**. Nós temos um contingente policial muito pequeno, que não atende às necessidades nem deste município nem desta região — disse Carvalho. (SD2) (anexo 3)

A empresa **alerta** também que enviou quatro comunicados às autoridades com responsabilidade sobre o assunto, informando que está **ameaçada de prática de crime** fartamente anunciada nos meios de comunicação e em reuniões públicas promovidas pelo MST. (SD3) (anexo 4)

Diante do **iminente bloqueio** da ferrovia de Carajás, em Parauapebas, sudeste do estado, por cerca de 1.500 militantes do MST, o secretário de Segurança Pública do Pará, Geraldo Araújo, anunciou ontem o envio de uma força de 600 policiais, civis e militares, para a região. As ações policiais atingirão os municípios de Parauapebas, Marabá, Curionópolis, Canaã dos Carajás e Eldorado dos Carajás. (SD4) (anexo 6)

Especula-se que a ferrovia deva ser ocupada apenas no fim de semana e em vários pontos distintos, para dificultar as ações de desbloqueio. (SD5) (anexo 6)

A ferrovia **pode ser bloqueada a qualquer momento**. Uma tropa da Polícia Militar foi enviada para a região. Os manifestantes já começaram a construção de barracos e a organização de um protesto. (SD6) (anexo 5)

A chegada de centenas de militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e garimpeiros, em ônibus e caminhões, **aumentou ontem o clima de tensão** no município de Parauapebas (...) (SD 7) (anexo 7)

Enquanto os **moradores evitam sair às ruas**, tomadas por tropas de choque da PM, cachorros adestrados e cavalaria, o poder público local avaliza a concentração dos sem-terra. (SD8) (anexo 7)

A deputada federal Bel Mesquita (PMDB), ex-prefeita do município, **alertou que o clima de insegurança em Parauapebas é total**. (SD9) (anexo 8)

As sensações de medo e de ameaça são as que prevalecem nas matérias analisadas. Por tratarem majoritariamente de ações que ainda não haviam acontecido, os textos trabalham com a iminência de um crime, com uma possibilidade atemorizante. Os valores-notícia de construção “dramatização” e “amplificação” podem ser identificados nas SDs 2, 4, 6, 7, 8 e 9, por reforçarem a natureza conflitual do acontecimento e utilizarem expressões impactantes (“aumentou o clima de tensão”, “clima de insegurança é total”). As manchetes das matérias (“MST ameaça invadir ferrovia da Vale no Pará”, “Invasão ameaça estado de direito, diz a Vale” e “Sem-terra mantém acampamento perto de Carajás”), indicam ainda o enfoque e o direcionamento que serão dados às suas narrativas.

Formação discursiva 5: Incoerência

Parauapebas, no Sudeste do Pará, **um dos municípios mais ricos do estado graças aos royalties que recebe da mineradora Vale pela exploração do minério de ferro da Serra dos Carajás, viveu ontem um dia de cão**, cercada por mais de mil militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que ameaçam paralisar a qualquer momento a ferrovia de Carajás no município. (SD1) (anexo 3)

O presidente da Vale, Roger Agnelli, chamou ontem de bandidos os integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que ameaçam invadir a Estrada de Ferro de Carajás, da Vale, no Pará. Em entrevista ao “Jornal Nacional”, ele criticou o fato de o movimento usar a empresa como alvo de protestos. — Estão batendo na porta errada. Eles deviam bater na porta da Caixa Econômica Federal, ou bater na porta dos governos estadual ou federal, e não na porta da Vale. **A Vale não tem nada com isso. Nós temos alguma coisa a ver com reforma agrária? Não.** — disse Agnelli. (SD2) (anexo 6)

(...) Líderes do MST anunciaram a invasão de fazendas **produtivas**, o fechamento de rodovias federais e estaduais e o bloqueio da ferrovia de Carajás, por onde a Vale escoar o minério com destino ao mercado internacional. (SD3) (anexo 4)

A incoerência dos protestos é também uma formação discursiva verificável na análise, e talvez a mais importante delas. Ao afirmar que o município onde possivelmente seria realizada a paralisação é “rico graças ao royalties” da empresa (SD1), ocupá-la tornar-se-ia um contrasenso.

Em nota divulgada no *site* do MST, o Movimento afirmou que o acampamento organizado em área próxima à ferrovia não foi liderado pelo MST, mas pelo Movimento dos Trabalhadores e Garimpeiros na Mineração (MTM) - que faziam manifestações pelo pagamento de multa de R\$ 109 milhões que a Vale devia a operários de empresas terceirizadas pela mineradora⁶². Ao silenciar sobre esta versão, afirmar que o protesto é organizado somente pelo MST evidencia o interesse em minimizar a concretude da reivindicação e a pluralidade de sujeitos nela envolvidos.

Outra pista da formação discursiva “incoerência” está na suposta falta de ligação entre reforma agrária e a atuação da Vale, proposta na fala do presidente da empresa (SD2). Por que o MST protesta contra a Vale e não por reforma agrária? Aqui, também pode ser atribuído o valor-notícia de construção “simplificação”.

Por fim, a suposta afirmação, por parte de líderes do MST, de que seriam ocupadas fazendas produtivas (SD3) deslegitima a atuação do Movimento e indica seu desvirtuamento: qualquer lugar pode ser um alvo do MST.

3.6.2. Estudo das vozes

Nos textos analisados, pretende-se identificar também os seus enunciadores para que se verifique se são ou não polifônicos. Para tanto, serão definidos os seus locutores (L) e enunciados, para que então se investigue se as perspectivas de enunciação das fontes são ou não filiadas aos mesmos interesses. Diferentemente do procedimento utilizado para o estudo dos sentidos - que reuniu trechos de todas as matérias para compor cada formação discursiva -

⁶² Site do MST. “Vale mente para abafar protestos de seus funcionários e garimpeiros”. <http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=5190>. Acesso em 28/05/2009.

neste processo serão analisados os enunciadores e enunciados de cada matéria separadamente. Os jornalistas que assinam as matérias ou o próprio jornal, em caso de matérias não assinadas, também devem ser considerados locutores.

Matéria 1: MST bloqueia ferrovia da Vale (anexo 1)

L1 – Mineradora Vale

Enunciados:

A mineradora Vale pretende processar os dirigentes do MST e da Via Campesina.

Em nota, a Vale disse que foi a sétima ação do MST contra a empresa desde agosto de 2007.

L2 – Diretor executivo da Vale, Tito Martins

Enunciados:

Ao condenar as ações, o diretor-executivo de Assuntos Corporativos e Energia da Vale, Tito Martins, chamou os dirigentes do MST de “bandidos, criminosos, que querem perturbar a ordem”.

Foram acusados pela Vale de fazer refém o maquinista Pedro Jesus Simões. A empresa divulgou uma gravação na qual o maquinista, de 63 anos, se diz impedido de sair.

O diretor Tito Martins classificou a penúltima, sábado, na Ferro Gusa Carajás, no Maranhão, de “extremamente violenta” e organizada, uma vez que os manifestantes, que não seriam da região, depredaram toda a sede.

— Era um grupo grande. Ficamos preocupados com a ação organizada. A princípio, achávamos que era uma ação isolada, em região que não tem tradição de mobilização social — acusou o diretor.

Martins disse que, se não tivesse condições de funcionar, a unidade seria fechada: — Não tem nenhuma operação que não seja licenciada

Martins disse que a obstrução da ferrovia deveria ser tratada como caso de polícia. Ele chamou os líderes do MST e da Via Campesina de “um bando de covardes”, por terem supostamente usado mulheres e crianças na ocupação.

O diretor executivo disse que a empresa está desconfiada de que haveria outro “grande movimento” para ocupar mais uma ferrovia da Vale no sábado que vem, desta vez em Carajás, no Pará. O dirigente nega que os movimentos sociais — incluindo o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) — tenham uma pauta de reivindicações específica para a Vale.

Para ele, as ocupações são uma estratégia para ganhar espaço na mídia, usando o nome da Vale como instrumento de pressão. Martins disse que as comunidades vizinhas também sofrem com as ações: — Em nome de uma série de coisas, como reforma agrária e questão ambiental, tentam afetar a Vale.

L3 – Via Campesina

Enunciados:

(...) mas os invasores negaram ter feito reféns.

Os manifestantes reivindicavam a presença de representantes da Vale e do governo federal para discutir o reassentamento das famílias retiradas da zona rural para a implantação da barragem.

A barragem, sustenta a Via Campesina, teria alagado dois mil hectares, prejudicando diretamente duas mil famílias e outras milhares indiretamente. Apenas 40 famílias teriam sido reassentadas. A manifestação também marcou a campanha pela desprivatização da Vale.

Os invasores do Maranhão pediam a paralisação de 71 fornos de carvão, que prejudicariam a saúde de 1.800 assentados a 800 quilômetros do local.

L4 – Polícia

Enunciado:

De acordo com a polícia, a manifestação foi pacífica, mas o tráfego ficou suspenso durante todo o dia, no trecho que liga Belo Horizonte a Vitória.

L5- Jornalista Chico Otávio

Enunciados:

Invasão afeta exportação, e diretor da empresa chama sem-terra de bandidos

A mineradora Vale pretende processar os dirigentes do MST e da Via Campesina que, desde sábado, já comandaram duas invasões à empresa. Na última, 800 ativistas ocuparam ontem, por 12 horas, os trilhos de uma das principais ferrovias da Vale, em Resplendor, município mineiro do Vale do Rio Doce. Cerca de 300 mil toneladas de minério deixaram de ser transportadas, afetando a programação de exportações da empresa no Porto de Tubarão (ES).

Os manifestantes puseram pneus sobre os trilhos para impedir a passagem do trem. Eles chegaram ao local em ônibus.

A ocupação em Minas durou cerca de 12 horas. Os invasores liberaram a ferrovia depois que a Vale obteve liminar de reintegração de posse.

A matéria tem cinco locutores. Os dois primeiros, uma nota (L1) e um diretor da companhia Vale (L2), fazem afirmações em sentido convergente: a condenação das ações e a intenção em processar seus participantes. São, portanto, um enunciador único (E1). Em desvantagem quantitativa com relação aos locutores 1 e 2, os manifestantes também são ouvidos na matéria, ao negar terem feito reféns e expor, mesmo que em poucas palavras, os motivos das ações em Minas e no Maranhão. A ausência de aspas nos enunciados – o jornalista reescreveu o que a ele foi dito ou escrito pelos manifestantes –, a utilização do futuro do pretérito para indicar uma suposição (“teriam sido reassentadas”, “prejudicariam a saúde”) e a utilização do termo “sustenta” (em vez de “afirma”, por exemplo) prejudicam este enunciador (E2). Por fim, o enunciado da polícia, oficial, informa que o ato foi pacífico, “apesar de ter trazido problemas ao tráfego” (E3). O último locutor, o jornalista (L5), constrói o texto (considerado polifônico no que se refere ao número de enunciadores) e privilegia os enunciados da Vale.

Matéria 2: Após ferrovia, MST invade hidrelétrica da Vale (anexo 2)

L1- Presidente do consórcio, José Renato Ponte

Enunciados:

Foi um movimento orquestrado, feito por pessoas de fora. É lamentável que, nesta altura do campeonato, a gente enfrente esse problema.

Nosso relacionamento com a população local é o melhor possível. Fizemos 39 convênios socioambientais e temos acordos com a maioria dos municípios da área de abrangência.

José Renato Ponte disse que, embora os manifestantes não tenham entrado no canteiro, o consórcio decidiu paralisar a obra para não expor os trabalhadores e os próprios ativistas a riscos, uma vez que o local guarda explosivos e opera com caminhões de 90 toneladas.

L2 – Assessoria de comunicação do Estreito Energia

Enunciados:

A assessoria de comunicação do Estreito Energia informou que os invasores teriam depredado as futuras instalações de uma batalhão da PM, localizado em frente ao local.

L3 – Coordenador do MAB, Cirineu Rocha

Enunciados:

O coordenador estadual do MAB, Cirineu Rocha, disse que, na primeira tentativa de ocupação, os policiais militares que esperavam pelos manifestantes deram tiros para o alto.

Cirineu Rocha disse que a manifestação tem três reivindicações: a abertura do diálogo com o consórcio e a criação de um fórum de negociação, a aplicação de direitos já conquistados em outras barragens e o respeito aos direitos dos indígenas atingidos. — O diálogo não existe. Também queremos os mesmos direitos conquistados na hidrelétrica de São Salvador, onde as famílias atingidas recebem 27 hectares de terras ou carta de crédito de R\$ 70 mil. Aqui, estão oferecendo apenas 12 hectares ou carta de R\$ 35 mil — diz Cirineu.

L4 – Consórcio

Enunciados:

A ocupação, alega o consórcio, acarreta sérios transtornos ao processo de construção e põe em risco a integridade física dos trabalhadores.

O consórcio alertou que a manifestação pode causar sérios transtornos ao empreendimento e comprometer gravemente o cronograma de obras da hidrelétrica.

L5 – Jornalistas Aduari Antunes Barbosa, Chico Otavio e Isabela Martin

Enunciados:

Militantes sem-terra, da Via Campesina e do MAB ocuparam outras quatro geradoras no Sul, no Ceará e em Rondônia

Cerca de 400 manifestantes liderados pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), MST e Via Campesina, ocuparam e paralisaram, na manhã de ontem, as obras da hidrelétrica de Estreito, na divisa do Maranhão com Tocantins. Uma das principais obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para a geração de energia, a usina é construída pelo Consórcio Estreito Energia, formado pelas empresas Tractebel, Alcoa, Vale e Camargo Correa.

A ocupação do canteiro de obras foi a maior de uma série de ações desencadeadas ontem pelas três entidades. Também houve ocupações

em outras quatro geradoras de energia no Paraná, na divisa de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no Ceará e em Rondônia.

Em Estreito, os manifestantes fizeram o terceiro protesto contra uma obra da Vale em menos de uma semana.

Cerca de 200 ativistas ocuparam a entrada de acesso ao canteiro de obras, às margens da BR-010, por 11 horas. Quando chegaram, a maior parte dos 1.800 trabalhadores do consórcio já não estava no local — diante dos rumores de invasão, o consórcio os dispensou.

Maior projeto de geração de energia em curso no país e integrante do PAC, a hidrelétrica de Estreito terá capacidade para gerar 1.087 megawatts a partir de 2010. A barragem deve inundar uma área de 430 quilômetros quadrados, onde estão 12 municípios de Tocantins e do Maranhão. Na área há aldeias indígenas e um assentamento do MST.

Outras obras também foram alvo do MAB, MST e Via Campesina. No Ceará, uma invasão de aproximadamente 700 pessoas paralisou obras do trecho três do Canal da Integração, que compreende 66 quilômetros, localizado no município de Morada Nova, a 161 quilômetros de Fortaleza. Os manifestantes apresentaram uma pauta diversificada de reivindicações, desde a conclusão de obras de infraestrutura nas casas dos reassentamentos à implantação de projetos de irrigação com subsídio de água e energia, sem custo para as famílias.

Em Saudade do Iguazu (Paraná), cerca de mil pessoas ocuparam a hidrelétrica de Salto Santiago. Na divisa entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul, 400 manifestantes ocuparam a hidrelétrica de Machadinho.

Em Porto Velho, capital de Rondônia, outras 700 pessoas ocuparam a termelétrica Rio Madeira.

Anteontem, cerca de 800 ativistas bloquearam a ferrovia da Vale que atravessa o município de Resplendor, no vale do Rio Doce, afetando a exportação de minérios da empresa.

No sábado, foi ocupada a sede da Ferro Gusa Carajás, da Vale no Maranhão.

A matéria envolve cinco locutores: a assessoria do consórcio (L1), o presidente do consórcio (L2), o próprio consórcio (L4), o dirigente do MAB (L3) e os jornalistas que a assinam (L5). Os locutores ligados à hidrelétrica (L1, L2 e L4), enunciam sob a mesma perspectiva: condenam a ação, indicando os prejuízos que ela pode causar, e se defendem das acusações dos manifestantes. São, portanto, um único enunciador (E1). Já o dirigente do MAB, que denuncia a ação de policiais e explica os motivos do protesto, constitui-se no segundo enunciador (E2). Apesar da desigualdade numérica de locutores em E1 e E2, a matéria é

polifônica e mais equilibrada que a analisada anteriormente. Mesmo exaltando a capacidade de geração de energia da hidrelétrica, os jornalistas (L5) confirmam que a área a ser afetada abriga aldeias indígenas e assentamentos e elencam mais detalhadamente as reivindicações - configurando-se em um terceiro enunciador (E3).

Matéria 3: MST ameaça invadir ferrovia da Vale no Pará (anexo 3)

L1 – Vereadora Creusa Vicente

Enunciado:

O que percebo neste momento é que o medo está instaurado dentro da cidade. Há pais que estão retirando os filhos daqui.

L2 – José Rinaldo de Carvalho, presidente da associação comercial

Enunciado:

Quando a gente diz “eu estou com medo” é porque o cidadão está tremendo de medo. Então é sério, é um terrorismo constante. Nós temos um contingente policial muito pequeno, que não atende às necessidades nem deste município nem desta região.

L3 – Jornalista Ronaldo Brasiliense

Enunciados:

Parauapebas, no Sudeste do Pará, um dos municípios mais ricos do estado graças aos royalties que recebe da mineradora Vale pela exploração do minério de ferro da Serra dos Carajás, viveu ontem um dia de cão, cercada por mais de mil militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que ameaçam paralisar a qualquer momento a ferrovia de Carajás no município. O bloqueio desrespeita liminar do Tribunal de Justiça do Rio, que proíbe o movimento e seu coordenador nacional, João Pedro Stédile, de “incitar e promover a prática de atos violentos” contra a empresa e de interromper suas atividades em todo o país, sob pena de multa de R\$ 5 mil por ato violento ou interrupção.

Ontem, advogados de Stédile entraram com recurso contra a liminar obtida pela mineradora, contestando a competência da 41ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Rio para julgar a ação, já que Stédile tem endereço fixo em São Paulo, onde alegam que a ação deveria ter sido proposta.

Governadora manda tropa para reforçar Polícia Militar O clima tenso na região fez com que a governadora do Pará, Ana Júlia Carepa (PT),

reforçasse o contingente da Polícia Militar em Parauapebas, enviando tropas de Marabá.

A matéria tem apenas três locutores, Creusa Vicente (L1), José Carvalho (L2) e o jornalista Ronaldo Brasiliense (L3), que enunciam em um sentido único: todos reforçam o medo provocado pelos sem-terra. O texto é, portanto, monofônico, e silencia de maneira evidente a versão dos movimentos sociais.

Matéria 4: Invasão ameaça estado de direito, diz a Vale (anexo 4)

L1 – Vale

Enunciados:

A Vale divulgou nota oficial ontem afirmando que "a invasão anunciada e iminente à Estrada de Ferro Carajás pelos integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e outros grupos é um desrespeito ao estado de direito e uma ameaça à segurança pública que afeta não apenas todo o setor produtivo do Pará, mas toda a população do estado".

Na nota, a mineradora lembra que a Justiça concedeu um interdito proibitório e uma medida liminar que visam a proteger as instalações da Vale.

A empresa alerta também que enviou quatro comunicados às autoridades com responsabilidade sobre o assunto, informando que está ameaçada de prática de crime fartamente anunciada nos meios de comunicação e em reuniões públicas promovidas pelo MST. "Porém, até o momento, a Vale não recebeu qualquer resposta formal das autoridades federais e estaduais".

L2 – MST

Enunciados:

Além de Parauapebas, o MST ameaça promover atos em Marabá, Eldorado dos Carajás e Canaã dos Carajás. Segundo o movimento, o objetivo é cobrar do governo celeridade nos assentamentos da reforma agrária, mais verbas para o Programa de Agricultura Familiar e a reestatização da Vale, a segunda maior do mundo, que tem no Projeto Carajás, em Parauapebas, a maior jazida de ferro do planeta.

Além de ato público na Curva do S, na Rodovia PA-150, palco do massacre de Eldorado, marcado para o dia 17 de abril, líderes do MST anunciaram a invasão de fazendas produtivas, o fechamento de rodovias federais e estaduais e o bloqueio da ferrovia de Carajás, por onde a Vale escoo o minério com destino ao mercado internacional.

Nesta matéria, existem aparentemente apenas dois locutores. O primeiro, a Vale (L1), “condena” em trechos de uma nota oficial a invasão iminente dos sem-terra, “alerta” sobre o risco que correm a empresa e a população, o que confere valor positivo à empresa. Já o MST (L2) “ameaça”, anuncia a “invasão de fazendas produtivas” e seus objetivos são expostos de forma indireta (sem aspas). À primeira vista, são dois os enunciadores do texto. Analisado cuidadosamente, porém, ele nos revela a existência de um terceiro locutor, o jornalista (como a matéria não é assinada, devemos atribuí-la ao jornal) (L3) - que constrói o texto de forma a privilegiar a fala da Vale. Assim, L1 e L3 formam um só enunciador (E1), enquanto L2 constitui-se noutro (E2). Por ter dois enunciadores distintos, o texto é considerado polifônico.

Matéria 5: Sem-terra mantêm acampamento perto de Carajás (anexo 5)

L1 – Tenente Ramon Quemel

Enunciado:

Vamos ficar de prontidão caso haja algum problema ou conflito. Metade da equipe ficará em Marabá e a outra, em Parauapebas.

L2 – Jornalista Ronaldo Brasiliense

Enunciados:

Policiais estão de prontidão para tentar evitar conflitos

Cerca de 1.200 trabalhadores sem terra continuavam acampados ontem a 100 metros da Estrada de Ferro Carajás (EFC), em Parauapebas, no sudeste paraense. A ferrovia pode ser bloqueada a qualquer momento. Uma tropa da Polícia Militar foi enviada para a região. Os manifestantes já começaram a construção de barracos e a organização de um protesto.

Os sem-terra ameaçam com uma paralisação geral da estrada e da EFC dia 17, quando a morte de 19 trabalhadores em Eldorado de Carajás completa 12 anos.

Uma tropa de 180 homens do Comando de Missões Especiais da PM, 52 policiais civis e o Corpo de Bombeiros foram enviados para o município de Marabá e de Parauapebas.

A matéria tem dois locutores, o tenente (L1) e o jornalista Ronaldo Brasiliense (L2), que se configuram em um único enunciador (E1) por compartilharem a mesma tese: a ferrovia pode ser bloqueada pelo MST a qualquer momento. O texto é monofônico.

Matéria 6: Presidente da Vale chama invasores de bandidos (anexo 6)

L1 – Roger Agnelli, presidente da Vale

Enunciados:

Roger Agnelli diz que MST não respeita a lei e a democracia e que movimento deveria bater na porta do governo

O presidente da Vale, Roger Agnelli, chamou ontem de bandidos os integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que ameaçam invadir a Estrada de Ferro de Carajás, da Vale, no Pará. Em entrevista ao “Jornal Nacional”, ele criticou o fato de o movimento usar a empresa como alvo de protestos.

Estão batendo na porta errada. Eles deviam bater na porta da Caixa Econômica Federal, ou bater na porta dos governos estadual ou federal, e não na porta da Vale. A Vale não tem nada com isso. Nós temos alguma coisa a ver com reforma agrária? Não.

Para ele, as ameaças do MST de invadir propriedades da Vale são criminosas: — (Um ato) Totalmente criminoso feito por bandidos, que não respeitam a lei e não respeitam a democracia. Fazem um discurso dizendo que respeitam e querem a democracia, mas não respeitam a democracia.

L2 – Geraldo Araújo, secretário de segurança pública do Pará

Enunciado:

Diante do iminente bloqueio da ferrovia de Carajás, em Parauapebas, sudeste do estado, por cerca de 1.500 militantes do MST, o secretário de Segurança Pública do Pará, Geraldo Araújo, anunciou ontem o envio de uma força de 600 policiais, civis e militares, para a região. As ações policiais atingirão os municípios de Parauapebas, Marabá, Curionópolis, Canaã dos Carajás e Eldorado dos Carajás.

Diante das manifestações já previstas para o mês de abril, estamos enviando efetivo policial à região para manter a paz e tranquilidade tanto da população quanto dos próprios participantes.

L3- Delegado Justiniano Alves Junior

Enunciado:

Estamos chamando os líderes para uma conversa. Nossa meta é estabelecer a ordem e garantir que as manifestações aconteçam de forma pacífica.

L4 – Jornal

Enunciados:

A determinação é coibir atos criminosos e manter a ordem social nas regiões sul e sudeste do estado.

Além de policiais, o governo do Pará enviou para Marabá e Parauapebas servidores do Corpo de Bombeiros, do Detran e do Centro de Perícias Científicas.

Em Parauapebas, cerca de 1.500 manifestantes do MST continuam acampados numa área próxima da ferrovia aguardando determinação das lideranças.

Especula-se que a ferrovia deva ser ocupada apenas no fim de semana e em vários pontos distintos, para dificultar as ações de desbloqueio.

L5 – MST

Enunciado:

O MST promete promover ações para marcar a passagem do 12º aniversário do massacre de Eldorado dos Carajás, onde 19 sem-terra foram mortos em confronto com tropas da Polícia Militar.

Cinco locutores são identificados na matéria: o presidente da Vale (L1), o secretário de segurança pública do Pará (L2), o delegado de Parauapebas (L3), o jornal (L4) e o MST (L5). Ao chamar os manifestantes de bandidos, Roger Agnelli se posiciona como um enunciador (E1). Já o secretário de segurança e o delegado confirmam as expectativas dos protestos, mas afirmam que pretendem agir de forma a manter o caráter pacífico das manifestações - opondo-se ao primeiro enunciador (ação criminosa *versus* ação pacífica) e configurando outra opinião (E2). Já os enunciados do jornal (L4) concordam com a idéia de Agnelli (E1), ao optar pelo termo “atos criminosos” e tornar obscuros os motivos das ações do MST (L5): “marcar a passagem do 12º aniversário do massacre de Eldorado dos Carajás, onde 19 sem-terra foram mortos em confronto com tropas da Polícia Militar.” O texto é polifônico, mas sua construção se aproxima do enunciado da Vale.

Matéria 7: MST intensifica ação contra a Vale no Pará (anexo 7)

L1 – Prefeito de Parauapebas, Darci Lemen

Enunciados:

Se tiver que ocupar, ocupa. Se tiver que fazer...

Isso não é um caso de polícia. Isso é um caso de enfrentamento ideológico, para nós.

L2 – Deputada federal Bel Mesquita

Enunciados:

A deputada federal Bel Mesquita (PMDB), ex-prefeita do município, alertou que o clima de insegurança em Parauapebas é total.

A gente percebe que as pessoas têm medo de sair de casa. Os policiais patrulham a cidades com cães.

A expectativa aqui é que o MST feche as rodovias PA-150 e 275 e até mesmo a ferrovia de Carajás até a quinta-feira.

L3- Funai

Enunciado:

Em nota, a administração regional da Funai em Marabá e a Associação Indígena Porekrô de Defesa do Povo Xikrin do Cateté negaram que integrantes das tribos indígenas Suruí, Sororó, Gaviões e Xikrin estariam se deslocando para Parauapebas em apoio ao MST e ao Movimento dos Trabalhadores e Garimpeiros na Mineração (MTM).

L4 – Governadora do Pará, Ana Júlia Carepa

Enunciado:

O governo vem cumprindo os mandados de reintegração, mas na base do diálogo e sem violência.

L5 – Jornalista Ronaldo Brasiliense

Enunciados:

Vídeo gravado pela PF mostra prefeito de Parauapebas incitando os sem-terra

A chegada de centenas de militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e garimpeiros, em ônibus e caminhões, aumentou ontem o clima de tensão no município de Parauapebas, no sudeste do Pará, na antevéspera da passagem do 12º ano do massacre de Eldorado dos Carajás, onde 19 sem-terra foram mortos em confronto com a PM.

Enquanto os moradores evitam sair às ruas, tomadas por tropas de choque da PM, cachorros adestrados e cavalaria, o poder público local avaliza a concentração dos sem-terra. O apoio do prefeito local, Darci Lermen (PT), ao MST ganhou respaldo com a divulgação de uma fita, gravada pela Polícia Federal no dia 13 de março, onde ele, em discurso durante a inauguração do asfaltamento da estrada que liga os assentamentos Palmares 1 e 2, dos sem-terra instalados próximo à ferrovia, incita atos de violência contra as instalações da Vale.

Nas imagens, Lermen estava em cima de um estrado, improvisado como palanque, com boné na cabeça e uma camisa vermelha, a mesma cor das bandeiras de identificação do MST.

Lermen mantém em seu secretariado um ex-integrante da direção nacional do MST, Jorge Luiz Néri, que ocupa a estratégica Secretaria de Planejamento de Parauapebas, que define os investimentos prioritários da prefeitura.

Apesar das barreiras montadas pela PM na rodovia PA-275, que vai de Marabá a Canaã dos Carajás, a concentração de sem-terra em Parauapebas aumenta dia a dia.

Criticada pelo presidente da Vale, Roger Agnelli, e por entidades empresariais do estado pela morosidade no cumprimento dos mandados de reintegração de posse de propriedades rurais invadidas pelo MST no sul e sudeste do Pará, a governadora Ana Júlia Carepa (PT) decidiu endurecer o jogo contra os sem-terra.

Depois de enviar para a região uma tropa com 600 homens do batalhão de choque da PM, Ana Júlia orientou o secretário de Segurança Pública, delegado Geraldo Araújo, a permanecer na região até que o MST encerre a semana nacional de lutas pela reforma agrária, o que deve acontecer dia 17 de abril, aniversário do massacre de Eldorado dos Carajás.

O texto abriga cinco locutores: o prefeito de Parauapebas (L1), cuja primeira fala reproduzida refere-se a uma denúncia da Polícia Federal que o coloca como cúmplice dos sem-terra, a deputada federal da oposição (L2), que reforça o clima de insegurança causado pelos manifestantes, a Funai (L3), que nega a participação de índios na iminente manifestação, a governadora do Pará (L4), que se defende dos ataques da Vale de que é complacente com os protestos e o jornalista Ronaldo Brasiliense (L5), que acusa o prefeito. As falas dos locutores 1, 3 e 4 são dispostas de forma recortada e descontextualizada,

garantindo o predomínio do enunciado produzido pelo jornalista e pela deputada: o MST é uma ameaça e o prefeito da cidade é conivente com ela. Por incluir as falas dos “acusados”, o texto deve ser considerado polifônico.

Dos sete textos, cinco podem ser considerados polifônicos e dois monofônicos - o que indica a prevalência de um procedimento que visa garantir validade às matérias jornalísticas. Ao analisá-las à luz das formações discursivas anteriormente identificadas, e observá-las de forma a perceber como os enunciados são escolhidos, quantificados e inseridos, porém, é possível afirmar que o jornalista ou a instituição (o jornal) faz suas escolhas, que podem ou não ser intencionais. A polifonia, na maioria dos casos analisados (e à exceção da matéria 2, mais equilibrada, que corrobora com a teoria estruturalista que atribui certa autonomia aos jornalistas), não faz dos textos mais plurais, mas produz sobre eles um efeito ilusório de imparcialidade.

Ao seguir a metodologia proposta por Orlandi e Benetti para identificar sentidos e mapear as vozes contidas nos textos analisados - obedecendo à orientação de utilização de mais de um texto como *corpus* e garantindo, assim, conclusões mais contundentes sobre o discurso – esta análise pôde identificar as influências ideológicas, econômicas e concretas na prática discursiva do jornal O Globo. A constatação da prevalência de marcas que indicam a legitimação do *status quo* e a condenação da atuação dos movimentos sociais, através das paráfrases discursivas e dos silenciamentos, bem como a identificação de condições concretas de produção da notícia (como a dependência de fontes oficiais e de mecanismos de construção que tornam as matérias “consumíveis” a seu público, como a simplificação e a amplificação), nos permitem questionar a “eficiência técnica e com obediência à ética, o compromisso com a verdade e a recusa ao recurso à vulgaridade e ao sensacionalismo”, princípios editoriais definidos pelo jornal. O espaço para o debate e o “livre curso das idéias” também se revelam valores incompatíveis com matérias analisadas⁶³.

⁶³ A título de complementaridade, caso esta pesquisa permitisse um escopo mais abrangente, entrevistas com jornalistas e editores do jornal analisado (que abordassem opiniões sobre a

CONCLUSÃO

Em setembro de 2007 - mesmo mês em que foi realizado o plebiscito popular pela anulação de sua privatização – a então Companhia Vale do Rio Doce deflagrou, em horário nobre da programação da TV Globo, uma campanha publicitária que anunciava o compromisso da empresa com o Brasil e com o meio ambiente. A voz da atriz Fernanda Montenegro, ícone da cultura nacional, conferia ao anúncio o tom emocional e de credibilidade. Investigar a relação de dependência econômica dos meios de comunicação com seus anunciantes não foi a proposta deste trabalho; para tanto, seria preciso lançar mão de uma pesquisa de fôlego que pudesse detalhar os valores injetados pela empresa no veículo de comunicação analisado (por se tratar de duas empresas privadas, o acesso a esses números é bastante dificultado). Apesar disto, não se pode ignorar a existência desta relação, constatável em revistas e jornais de circulação nacional, nos intervalos do Jornal Nacional ou do Fantástico: a Vale investe pesadamente em publicidade na mídia hegemônica. A possível influência destes aportes na linha editorial do jornal O Globo deve ser um elemento complementar a esta reflexão. O inconsciente, a ideologia e as condições concretas de produção do jornalismo atual podem, assim, se somar à relação de dependência financeira que as empresas privadas de comunicação estabelecem com seus anunciantes, limitando ainda mais as possibilidades de pluralidade de seu discurso.

O MST é um movimento social porque se caracteriza pela solidariedade, implica a presença de um conflito – tradicionalmente, a concentração de terras *versus* a luta por reforma agrária - e remete a uma ruptura com o modelo ou sistema. No caso dos recentes protestos do MST e de outros movimentos camponeses e urbanos nas áreas da Vale, a sua característica antagonista é mais claramente constatada. Os protestos não são mediáveis, questionam o controle sobre recursos coletivos fundamentais e têm sua fragilidade elevada ao ultrapassar os limites consentidos pela idéia positivista de ordem. Provocam,

cobertura e especificassem a forma com que ela foi constituída) poderiam atribuir maior profundidade aos estudos sobre as condições de produção da notícia.

portanto, uma reação mais violenta por parte de quem disputa os mesmos recursos.

O discurso jornalístico que aborda o movimento social em questão de forma a deslegitimá-lo e sem abranger a sua complexidade pode ter duas origens distintas: a simplificação e a estereotipagem do assunto – os jornalistas, por precisarem abarcar entendimentos sobre temas diversos, não os aprofundam – ou a intencionalidade editorial de seus controladores.

Este trabalho também não pretendeu dar densidade ao estudo dos sujeitos do objeto analisado (o MST e a Vale), mas investigar, através de um método científico (a Análise de Discurso), a forma com que um meio de comunicação hegemônico atua na construção de realidades específicas, elaboradas social e concretamente a seu respeito. Identificar formações discursivas, relacionando-as a elementos subjetivos presentes no texto e fora dele, nos permitiu visualizar processos de produção de sentidos e o posicionamento de sujeitos envolvidos no discurso do jornal. O mito, especialmente aquele construído pelas e nas narrativas midiáticas, propalado por Roland Barthes em diversos momentos da extensa obra do autor, aquele que fala “das coisas” e não “as coisas”, ficou evidenciado na análise: de um lado, está a fala do oprimido, simplificada, semi-escondida; de outro, a fala mítica opressora, completa, cheia de vozes.

Contestar a naturalização do discurso produzido por um veículo de comunicação de raízes oligárquicas, que construiu sua legitimidade através de privilégios econômicos e institucionais e que se direciona às classes dominantes é importante, ainda, para que se questione a possibilidade de circulação de interpretações contra-hegemônicas neste espaço. A impermeabilidade imposta pela mídia concentrada não significa que os movimentos sociais estejam fadados aos efeitos de condenação e silenciamento produzidos por ela, mas nos indica a urgência da desconcentração dos meios de comunicação e a necessidade de construção, por parte da classe trabalhadora e da sociedade civil organizada, de seus próprios instrumentos de propagação discursiva.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Marialva. “História cultural da imprensa. Brasil: 1900-2000”. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

BARTHES, Roland. “Mitologias”. São Paulo, SP: Difel, 1982.

BENETTI, Marcia e LAGO, Claudia. “Metodologia de pesquisa em jornalismo”. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CALDART, Roseli Salete. “Pedagogia do Movimento Sem Terra”. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

CARNOY, Martin. “Estado e teoria política”. Campinas: Papiurus, 1988.

CHARAUDEAU, Patrick. “Discurso das mídias”. Tradução de Angela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson. “Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político”. 2ª.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GOHN, Maria da Glória. “Mídia, Terceiro Setor e MST”. Petrópolis: Vozes, 2000.

GOHN, Maria da Glória. “Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos”. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GRAMSCI, Antonio. “Os intelectuais e a organização da cultura”. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

IASI, Mauro. “As metamorfoses da consciência de classe (o PT entre a negação e o consentimento)”. São Paulo: Expressão popular, 2006.

KUCINSKI, Bernardo. “A Síndrome da antena parabólica”. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

MADRID, Javier Esteinou *in* SILVA, Carlos Eduardo Lins da. (Org.). “Comunicação, hegemonia e contra-informação”. São Paulo: Cortez, 1982.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. “Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia”. Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MELUCCI, Alberto. “A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas”. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MORAES, Denis de (org.). “Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder”. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MORISSAWA, Mitsue. “A História da Luta pela Terra e o MST”. 2. Ed. Editora Expressão Popular. São Paulo, 2001

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. “A agricultura camponesa no Brasil”. São Paulo: Contexto, 1991.

ORLANDI, Eni Puccinelli. “Análise de discurso: princípios e procedimentos”. Campinas, SP: Pontes, 1999.

OUTHWAITE, Willian & BOTTOMORE, Tom (org.). Dicionário do Pensamento Social no Séc. XX. Jorge Zahrah Editora. 1996.

SODRÉ, Nelson Werneck. “História da imprensa no Brasil”. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TRAQUINA, Nelson. “Teorias do jornalismo – volume I: por que as notícias são como são”. Florianópolis: Insular, 2004.

VIZER, Eduardo e FERREIRA, Jairo (orgs.). “Mídia e movimentos sociais: linguagens e coletivos em ação”. São Paulo: Paulus, 2007.

Revista Piauí. Edição de março de 2007.

BORGES, Altamiro. “A ditadura da mídia no Brasil”. http://www.pfilosofia.xpg.com.br/07_leituras_cotidianas/20071007a.htm. Acesso em 22/05/2009.

“Censo Agropecuário 1996”. www.ibge.com.br. Acesso em 09/03/2009.

Site do MST. “Quem somos”. <http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=4151>. Acesso em 05/04/2009.

“Carta do V Congresso Nacional do MST”. <http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=3713>. Acesso em 10/03/2009.

Pesquisa encomendada por Serviço Mundial da BBC e feita pelas empresas de pesquisa GlobeScan e Synovate divulgada em: www.direitoacomunicacao.org.br/novo/content.php?option=com_content&task=view&id=2192. Acesso em 15/05/2009.

Site da Associação Nacional de Jornais (ANJ). “Maiores jornais do Brasil”. <http://www.anj.org.br/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/maiores-jornais-do-brasil>. Acesso em 19/05/2009.

Site do Conselho Federal de Justiça.
<http://daleth.cjf.jus.br/revista/seriepesq02.htm>. Acesso em 02/05/2009.

Site Infoglobo. "A empresa". <http://www.infoglobo.com.br/empresa.asp>. Acesso em 17/05/2009.

Site da revista Época. "Receita da Globo cresce 14% em 2008".
<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI65630-15259,00.html>. Acesso em 15/05/2009.

Portal de contabilidade.
<http://www.cosif.com.br/mostra.asp?arquivo=20070715vendavaleriodoce>. Acesso em 02/06/2009

Site da Unisinos. "a Vale do Rio Doce e o neoliberalismo no Brasil- entrevista com Ivo Lesbaupin".
http://www.unisinos.br/ihu/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=8843. Acesso em 03/06/2009.

Jornal Folha de S. Paulo.
<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0910200728.htm>. Acesso em 03/06/2009.

Site da Vale. "Sustentabilidade".
<http://www.vale.com/vale/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=5>. Acesso em 01/06/2009.

Agência Repórter Brasil. <http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=1236>. Acesso em 28/05/2009.

Site do MST. "Nota da Via Campesina sobre acusações falsas da Vale".
<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=5064>. Acesso em 28/05/2009.

Site do MST. "Vale mente para abafar protestos de seus funcionários e garimpeiros".
<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=5190>. Acesso em 28/05/2009.

ANEXOS

Anexo 1: MST bloqueia ferrovia da Vale (11/03/2008)

Invasão afeta exportação, e diretor da empresa chama sem-terra de bandidos

Chico Otavio

RIO, BELO HORIZONTE e SÃO PAULO

A mineradora Vale pretende processar os dirigentes do MST e da Via Campesina que, desde sábado, já comandaram duas invasões à empresa. Na última, 800 ativistas ocuparam ontem, por 12 horas, os trilhos de uma das principais ferrovias da Vale, em Resplendor, município mineiro do Vale do Rio Doce. Cerca de 300 mil toneladas de minério deixaram de ser transportadas, afetando a programação de exportações da empresa no Porto de Tubarão (ES). Ao condenar as ações, o diretor-executivo de Assuntos Corporativos e Energia da Vale, Tito Martins, chamou os dirigentes do MST de “bandidos, criminosos, que querem perturbar a ordem”.

Os manifestantes puseram pneus sobre os trilhos para impedir a passagem do trem. Eles chegaram ao local em ônibus. Foram acusados pela Vale de fazer refém o maquinista Pedro Jesus Simões. A empresa divulgou uma gravação na qual o maquinista, de 63 anos, se diz impedido de sair, mas os invasores negaram ter feito reféns.

A Via Campesina informou que o grupo era formado por mulheres de Minas e do Espírito Santo. O objetivo foi denunciar os impactos sociais e ambientais da construção da barragem de Aimorés, no Rio Doce.

Os manifestantes reivindicavam a presença de representantes da Vale e do governo federal para discutir o reassentamento das famílias retiradas da zona rural para a implantação da barragem

Desde agosto, Vale sofreu sete ataques

A barragem, sustenta a Via Campesina, teria alagado dois mil hectares, prejudicando diretamente duas mil famílias e outras milhares indiretamente.

Apenas 40 famílias teriam sido reassentadas. A manifestação também marcou a campanha pela desprivatização da Vale.

Em nota, a Vale disse que foi a sétima ação do MST contra a empresa desde agosto de 2007. O diretor Tito Martins classificou a penúltima, sábado, na Ferro Gusa Carajás, no Maranhão, de “extremamente violenta” e organizada, uma vez que os manifestantes, que não seriam da região, depredaram toda a sede.

— Era um grupo grande. Ficamos preocupados com a ação organizada.

A princípio, achávamos que era uma ação isolada, em região que não tem tradição de mobilização social — acusou o diretor.

Os invasores do Maranhão pediam a paralisação de 71 fornos de carvão, que prejudicariam a saúde de 1.800 assentados a 800 quilômetros do local. Martins disse que, se não tivesse condições de funcionar, a unidade seria fechada: — Não tem nenhuma operação que não seja licenciada

Ocupação só acaba com liminar

A ocupação em Minas durou cerca de 12 horas. Os invasores liberaram a ferrovia depois que a Vale obteve liminar de reintegração de posse.

De acordo com a polícia, a manifestação foi pacífica, mas o tráfego ficou suspenso durante todo o dia, no trecho que liga Belo Horizonte a Vitória. A empresa informou que a invasão também prejudicou o transporte de passageiros. Diariamente, cerca de 2.500 pessoas são atendidas por dois trens que partem de Vitória e Belo Horizonte e passam por 29 municípios.

Martins disse que a obstrução da ferrovia deveria ser tratada como caso de polícia. Ele chamou os líderes do MST e da Via Campesina de “um bando de covardes”, por terem supostamente usado mulheres e crianças na ocupação.

O diretor executivo disse que a empresa está desconfiada de que haveria outro “grande movimento” para ocupar mais uma ferrovia da Vale no sábado que vem, desta vez em Carajás, no Pará. O dirigente nega que os movimentos sociais — incluindo o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) — tenham uma pauta de reivindicações específica para a Vale.

Para ele, as ocupações são uma estratégia para ganhar espaço na mídia, usando o nome da Vale como instrumento de pressão. Martins disse que as comunidades vizinhas também sofrem com as ações: — Em nome de uma série de coisas, como reforma agrária e questão ambiental, tentam afetar a Vale.

Anexo 2: Após ferrovia, MST invade hidrelétrica da Vale (12/03/2008)

Militantes sem-terra, da Via Campesina e do MAB ocuparam outras quatro geradoras no Sul, no Ceará e em Rondônia

Adauri Antunes Barbosa, Chico Otavio e Isabela Martin

SÃO PAULO, RIO e FORTALEZA.

Cerca de 400 manifestantes liderados pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), MST e Via Campesina, ocuparam e paralisaram, na manhã de ontem, as obras da hidrelétrica de Estreito, na divisa do Maranhão com Tocantins. Uma das principais obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para a geração de energia, a usina é construída pelo Consórcio Estreito Energia, formado pelas empresas Tractebel, Alcoa, Vale e Camargo Correa.

A ocupação do canteiro de obras foi a maior de uma série de ações desencadeadas ontem pelas três entidades. Também houve ocupações em outras quatro geradoras de energia no Paraná, na divisa de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no Ceará e em Rondônia.

Em Estreito, os manifestantes fizeram o terceiro protesto contra uma obra da Vale em menos de uma semana.

— Foi um movimento orquestrado, feito por pessoas de fora. É lamentável que, nesta altura do campeonato, a gente enfrente esse problema — disse o presidente do consórcio, José Renato Ponte.

Cerca de 200 ativistas ocuparam a entrada de acesso ao canteiro de obras, às margens da BR-010, por 11 horas. Quando chegaram, a maior parte dos 1.800 trabalhadores do consórcio já não estava no local — diante dos rumores de invasão, o consórcio os dispensou.

A assessoria de comunicação do Estreito Energia informou que os invasores teriam depredado as futuras instalações de uma batalhão da PM, localizado em frente ao local.

O coordenador estadual do MAB, Cirineu Rocha, disse que, na primeira tentativa de ocupação, os policiais militares que esperavam pelos manifestantes deram tiros para o alto. Os sem-terra, impedidos de entrar, levantaram um acampamento e não permitem a entrada dos funcionários e passagens de veículos.

Juiz concede liminar de reintegração de posse

O juiz Gilmar de Jesus Emerton Vale, de Estreito, concedeu liminar ao consórcio Ceste, no fim da tarde, determinando à polícia medidas de reintegração de posse.

A ocupação, alega o consórcio, acarreta sérios transtornos ao processo de construção e põe em risco a integridade física dos trabalhadores.

Cirineu Rocha disse que a manifestação tem três reivindicações: a abertura do diálogo com o consórcio e a criação de um fórum de negociação, a aplicação de direitos já conquistados em outras barragens e o respeito aos direitos dos indígenas atingidos.

— O diálogo não existe.

Também queremos os mesmos direitos conquistados na hidrelétrica de São Salvador, onde as famílias atingidas recebem 27 hectares de terras ou carta de crédito de R\$ 70 mil. Aqui, estão oferecendo apenas 12 hectares ou carta de R\$ 35 mil — diz Cirineu.

Maior projeto de geração de energia em curso no país e integrante do PAC, a hidrelétrica de Estreito terá capacidade para gerar 1.087 megawatts a partir de 2010. A barragem deve inundar uma área de 430 quilômetros quadrados, onde estão 12 municípios de Tocantins e do Maranhão. Na área há aldeias indígenas e um assentamento do MST.

— Nosso relacionamento com a população local é o melhor possível. Fizemos 39 convênios socioambientais e temos acordos com a maioria dos municípios da área de abrangência — disse o presidente do consórcio.

Consórcio só mantém trabalhos de concretagem José Renato Ponte disse que, embora os manifestantes não tenham entrado no canteiro, o consórcio decidiu paralisar a obra para não expor os trabalhadores e os próprios ativistas a riscos, uma vez que o local guarda explosivos e opera com caminhões de 90 toneladas. Uma pequena equipe foi mantida, segundo o consórcio, para não afetar o processo de concretagem.

O consórcio alertou que a manifestação pode causar sérios transtornos ao empreendimento e comprometer gravemente o cronograma de obras da hidrelétrica.

Outras obras também foram alvo do MAB, MST e Via Campesina.

No Ceará, uma invasão de aproximadamente 700 pessoas paralisou obras do trecho três do Canal da Integração, que compreende 66 quilômetros, localizado no município de Morada Nova, a 161 quilômetros de Fortaleza.

Os manifestantes apresentaram uma pauta diversificada de reivindicações, desde a conclusão de obras de infraestrutura nas casas dos reassentamentos à implantação de projetos de irrigação com subsídio de água e energia, sem custo para as famílias.

Em Saudade do Iguaçu (Paraná), cerca de mil pessoas ocuparam a hidrelétrica de Salto Santiago. Na divisa entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul, 400 manifestantes ocuparam a hidrelétrica de Machadinho.

Em Porto Velho, capital de Rondônia, outras 700 pessoas ocuparam a termelétrica Rio Madeira.

Anteontem, cerca de 800 ativistas bloquearam a ferrovia da Vale que atravessa o município de Resplendor, no vale do Rio Doce, afetando a exportação de minérios da empresa.

No sábado, foi ocupada a sede da Ferro Gusa Carajás, da Vale no Maranhão.

Anexo 3: MST ameaça invadir ferrovia da Vale no Pará (09/04/2008)

Ronaldo Brasiliense

BELÉM. Parauapebas, no Sudeste do Pará, um dos municípios mais ricos do estado graças aos royalties que recebe da mineradora Vale pela exploração do minério de ferro da Serra dos Carajás, viveu ontem um dia de cão, cercada por mais de mil militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que ameaçam paralisar a qualquer momento a ferrovia de Carajás no município. O bloqueio desrespeita liminar do Tribunal de Justiça do Rio, que proíbe o movimento e seu coordenador nacional, João Pedro Stédile, de “incitar e promover a prática de atos violentos” contra a empresa e de interromper suas atividades em todo o país, sob pena de multa de R\$ 5 mil por ato violento ou interrupção.

Ontem, advogados de Stédile entraram com recurso contra a liminar obtida pela mineradora, contestando a competência da 41ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Rio para julgar a ação, já que Stédile tem endereço fixo em São Paulo, onde alegam que a ação deveria ter sido proposta.

Governadora manda tropa para reforçar Polícia Militar O clima tenso na região fez com que a governadora do Pará, Ana Júlia Carepa (PT), reforçasse o contingente da Polícia Militar em Parauapebas, enviando tropas de Marabá.

— O que percebo neste momento é que o medo está instaurado dentro da cidade. Há pais que estão retirando os filhos daqui — contou a vereadora Creusa Vicente (PMDB).

O presidente da Associação Comercial e Industrial de Parauapebas, José Rinaldo Carvalho, também demonstrou preocupação.

— Quando a gente diz “eu estou com medo” é porque o cidadão está tremendo de medo. Então é sério, é um terrorismo constante. Nós temos um contingente policial muito pequeno, que não atende às necessidades nem deste município nem desta região — disse Carvalho.

Anexo 4: Invasão ameaça estado de direito, diz a Vale (09/04/2008)

Mineradora lembra liminar da Justiça e se queixa de que avisou autoridades, sem resposta

BELÉM. A Vale divulgou nota oficial ontem afirmando que "a invasão anunciada e iminente à Estrada de Ferro Carajás pelos integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e outros grupos é um desrespeito ao estado de direito e uma ameaça à segurança pública que afeta não apenas todo o setor produtivo do Pará, mas toda a população do estado".

Na nota, a mineradora lembra que a Justiça concedeu um interdito proibitório e uma medida liminar que visam a proteger as instalações da Vale. A empresa alerta também que enviou quatro comunicados às autoridades com responsabilidade sobre o assunto, informando que está ameaçada de prática de crime fartamente anunciada nos meios de comunicação e em reuniões públicas promovidas pelo MST. "Porém, até o momento, a Vale não recebeu qualquer resposta formal das autoridades federais e estaduais".

O MST deflagrou esta semana um "Abril vermelho", anunciando novas invasões de terra no Pará para lembrar o 12º aniversário do massacre de Eldorado dos Carajás, no qual 19 trabalhadores sem-terra foram mortos em confronto com a PM.

Além de Parauapebas, o MST ameaça promover atos em Marabá, Eldorado dos Carajás e Canaã dos Carajás. Segundo o movimento, o objetivo é cobrar do governo celeridade nos assentamentos da reforma agrária, mais verbas para o Programa de Agricultura Familiar e a reestatização da Vale, a segunda maior do mundo, que tem no Projeto Carajás, em Parauapebas, a maior jazida de ferro do planeta.

Além de ato público na Curva do S, na Rodovia PA-150, palco do massacre de Eldorado, marcado para o dia 17 de abril, líderes do MST anunciaram a invasão de fazendas produtivas, o fechamento de rodovias federais e estaduais e o bloqueio da ferrovia de Carajás, por onde a Vale escoia o minério com destino ao mercado internacional. A ferrovia foi bloqueada pelo MST em outubro passado, causando um prejuízo de R\$50 milhões.

Anexo 5: Sem-terra mantêm acampamento perto de Carajás (10/04/2008)

Policiais estão de prontidão para tentar evitar conflitos

Ronaldo

Brasiliense

BELÉM. Cerca de 1.200 trabalhadores sem terra continuavam acampados ontem a 100 metros da Estrada de Ferro Carajás (EFC), em Parauapebas, no sudeste paraense. A ferrovia pode ser bloqueada a qualquer momento. Uma tropa da Polícia Militar foi enviada para a região. Os manifestantes já começaram a construção de barracos e a organização de um protesto.

Os sem-terra ameaçam com uma paralisação geral da estrada e da EFC dia 17, quando a morte de 19 trabalhadores em Eldorado de Carajás completa 12 anos.

Uma tropa de 180 homens do Comando de Missões Especiais da PM, 52 policiais civis e o Corpo de Bombeiros foram enviados para o município de Marabá e de Parauapebas.

- Vamos ficar de prontidão caso haja algum problema ou conflito. Metade da equipe ficará em Marabá e a outra, em Parauapebas - disse o tenente Ramon Quemel, da PM.

Justiça proíbe interdição da ferrovia pelos sem-terra

A Vara Federal de Marabá concedeu liminar favorável à Vale, que proíbe a interdição da ferrovia pelos sem-terra. Segundo o documento, os réus devem "abster-se da prática de atos que possam dificultar ou impedir o funcionamento normal da Estrada de Ferro Carajás". Em sua decisão, o juiz federal Carlos Henrique Haddad autoriza a apreensão de todos os bens móveis encontrados no local.

Em caso de descumprimento da decisão, os ocupantes deverão pagar multa individual de R\$3 mil.

Anexo 6: Presidente da Vale chama invasores de bandidos (11/04/2008)

Roger Agnelli diz que MST não respeita a lei e a democracia e que movimento deveria bater na porta do governo

RIO e BELÉM. O presidente da Vale, Roger Agnelli, chamou ontem de bandidos os integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que ameaçam invadir a Estrada de Ferro de Carajás, da Vale, no Pará. Em entrevista ao “Jornal Nacional”, ele criticou o fato de o movimento usar a empresa como alvo de protestos.

— Estão batendo na porta errada. Eles deviam bater na porta da Caixa Econômica Federal, ou bater na porta dos governos estadual ou federal, e não na porta da Vale. A Vale não tem nada com isso. Nós temos alguma coisa a ver com reforma agrária? Não. — disse Agnelli.

Para ele, as ameaças do MST de invadir propriedades da Vale são criminosas: — (Um ato) Totalmente criminoso feito por bandidos, que não respeitam a lei e não respeitam a democracia. Fazem um discurso dizendo que respeitam e querem a democracia, mas não respeitam a democracia.

Diante do iminente bloqueio da ferrovia de Carajás, em Parauapebas, sudeste do estado, por cerca de 1.500 militantes do MST, o secretário de Segurança Pública do Pará, Geraldo Araújo, anunciou ontem o envio de uma força de 600 policiais, civis e militares, para a região. As ações policiais atingirão os municípios de Parauapebas, Marabá, Curionópolis, Canaã dos Carajás e Eldorado dos Carajás.

A determinação é coibir atos criminosos e manter a ordem social nas regiões sul e sudeste do estado. Nesses locais, o MST promete promover ações para marcar a passagem do 12o aniversário do massacre de Eldorado dos Carajás, onde 19 sem-terra foram mortos em confronto com tropas da Polícia Militar. Além de policiais, o governo do Pará enviou para Marabá e Parauapebas servidores do Corpo de Bombeiros, do Detran e do Centro de Perícias Científicas.

— Diante das manifestações já previstas para o mês de abril, estamos enviando efetivo policial à região para manter a paz e tranquilidade tanto da população quanto dos próprios participantes — disse Araújo.

Os policiais foram orientados a tentar um canal de diálogo com os manifestantes a pedido da própria comunidade local.

— Estamos chamando os líderes para uma conversa. Nossa meta é estabelecer a ordem e garantir que as manifestações aconteçam de forma pacífica — afirmou delegado Justiniano Alves Junior.

Em Parauapebas, cerca de 1.500 manifestantes do MST continuam acampados numa área próxima da ferrovia aguardando determinação das lideranças.

Especula-se que a ferrovia deva ser ocupada apenas no fim de semana e em vários pontos distintos, para dificultar as ações de desbloqueio.

Anexo 7: MST intensifica ação contra a Vale no Pará (14/04/2008)

Vídeo gravado pela PF mostra prefeito de Parauapebas incitando os sem-terra:
"Se tiver que ocupar, ocupa"

Ronaldo

Brasiliense

BELÉM (PA). A chegada de centenas de militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e garimpeiros, em ônibus e caminhões, aumentou ontem o clima de tensão no município de Parauapebas, no sudeste do Pará, na antevéspera da passagem do 12º ano do massacre de Eldorado dos Carajás, onde 19 sem-terra foram mortos em confronto com a PM.

Enquanto os moradores evitam sair às ruas, tomadas por tropas de choque da PM, cachorros adestrados e cavalaria, o poder público local avaliza a concentração dos sem-terra. O apoio do prefeito local, Darci Lermen (PT), ao MST ganhou respaldo com a divulgação de uma fita, gravada pela Polícia Federal no dia 13 de março, onde ele, em discurso durante a inauguração do asfaltamento da estrada que liga os assentamentos Palmares 1 e 2, dos sem-terra instalados próximo à ferrovia, incita atos de violência contra as instalações da Vale.

- Se tiver que ocupar, ocupa. Se tiver que fazer... - pregou o prefeito, sem completar a fase na gravação feita PF.

Nas imagens, Lermen estava em cima de um estrado, improvisado como palanque, com boné na cabeça e uma camisa vermelha, a mesma cor das bandeiras de identificação do MST.

Deputada alerta que clima de insegurança é total

A deputada federal Bel Mesquita (PMDB), ex-prefeita do município, alertou que o clima de insegurança em Parauapebas é total. Ela faz oposição ao prefeito na cidade.

- A gente percebe que as pessoas têm medo de sair de casa. Os policiais patrulham a cidades com cães - afirmou.

Lermen mantém em seu secretariado um ex-integrante da direção nacional do MST, Jorge Luiz Néri, que ocupa a estratégica Secretaria de Planejamento de Parauapebas, que define os investimentos prioritários da prefeitura.

O prefeito de Parauapebas considerou justas as reivindicações do MST, incluindo a restatização da Vale.

-- Isso não é um caso de polícia. Isso é um caso de enfrentamento ideológico, para nós - disse o prefeito.

Apesar das barreiras montadas pela PM na rodovia PA-275, que vai de Marabá a Canaã dos Carajás, a concentração de sem-terra em Parauapebas aumenta dia a dia. A PM estima que já há mais de dois mil manifestantes no acampamento Palmares II, perto da ferrovia de Carajás, que leva o minério de ferro de Parauapebas até o porto de Itaquí, em São Luís, Maranhão, que o MST ameaça interditar

- A expectativa aqui é que o MST feche as rodovias PA-150 e 275 e até mesmo a ferrovia de Carajás até a quinta-feira - prevê Bel Mesquita.

Em nota, a administração regional da Funai em Marabá e a Associação Indígena Porekrô de Defesa do Povo Xikrin do Cateté negaram que integrantes das tribos indígenas Suruí, Sororó, Gaviões e Xikrin estariam se deslocando para Parauapebas em apoio ao MST e ao Movimento dos Trabalhadores e Garimpeiros na Mineração (MTM).

Criticada pelo presidente da Vale, Roger Agnelli, e por entidades empresariais do estado pela morosidade no cumprimento dos mandados de reintegração de posse de propriedades rurais invadidas pelo MST no sul e sudeste do Pará, a governadora Ana Júlia Carepa (PT) decidiu endurecer o jogo contra os sem-terra.

- O governo vem cumprindo os mandados de reintegração, mas na base do diálogo e sem violência - defende-se a governadora.

Governo mobiliza 600 PMs do Batalhão de Choque

Depois de enviar para a região uma tropa com 600 homens do batalhão de choque da PM, Ana Júlia orientou o secretário de Segurança Pública, delegado Geraldo Araújo, a permanecer na região até que o MST encerre a semana nacional de lutas pela reforma agrária, o que deve acontecer dia 17 de abril, aniversário do massacre de Eldorado dos Carajás.

Além da tropa de choque, que montou barreiras nas rodovias PA-150 e 275 (Marabá-Canaã dos Carajás), o comando da PM mandou para o sudeste do Pará parte da cavalaria, o canil, além de oficiais e praças do Comando de Operações Especiais e do Grupamento Aéreo. O esquema também é reforçado pelo helicóptero Gavião 1, encarregado de monitorar do ar as movimentações dos sem-terra, que ameaçam invadir a ferrovia em vários pontos para dificultar a desobstrução.

